



# **LEITURAS DA METRÓPOLE A PARTIR DA CIDADE DE MAUÁ**

JAYNE NUNES  
DOS SANTOS

**FAU USP**  
2019

**LEITURAS DA METRÓPOLE  
A  
PARTIR DA CIDADE  
DE  
MAUÁ**

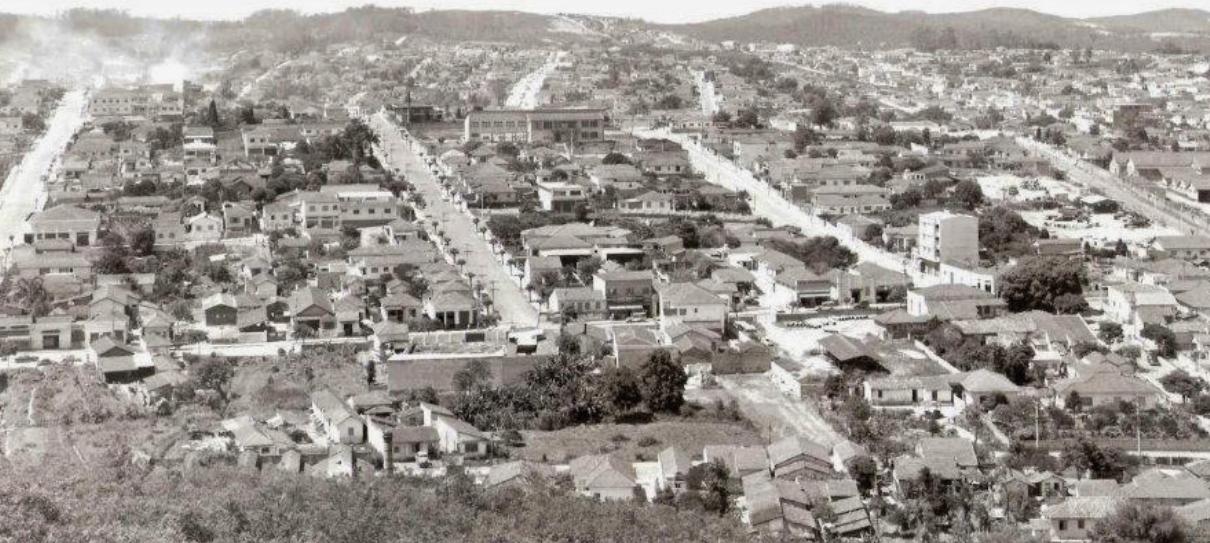
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

JAYNE NUNES  
DOS SANTOS

ORIENTADORA: ANA CASTRO

dez./2019

Imagen 1: Vista panorâmica da  
cidade, s.d.  
Acervo Museu Barão de Mauá



## AGRADECIMENTOS

À minha mãe e meu pai, pelo amor e apoio incondicional, por nunca terem duvidado de mim e da minha capacidade, mesmo quando eu duvidei. Por serem meu apoio e meu porto seguro, por terem aberto mão de muito para que eu conseguisse estar onde eu estou. Esta conquista também é de vocês.

Ao meu irmão e à minha irmã, Andrey e Alana, pela paciência, principalmente na minha ausência. Pelos momentos de distração, pelos risos, pelas músicas, pelas danças, pelas séries, pelos abraços e carinhos.

À Flávia e a Sofia, pelo companheirismo durante esta jornada, pela ajuda, não só no TFG, mas durante toda a nossa graduação, por me permitirem compartilhar as alegrias e angústias desse percurso que fizemos juntas.

Aos meus amigos da FAU, Juliana, Gabrielle, Pedro, e vários outros, que fizeram dos meus anos de faculdade os melhores.

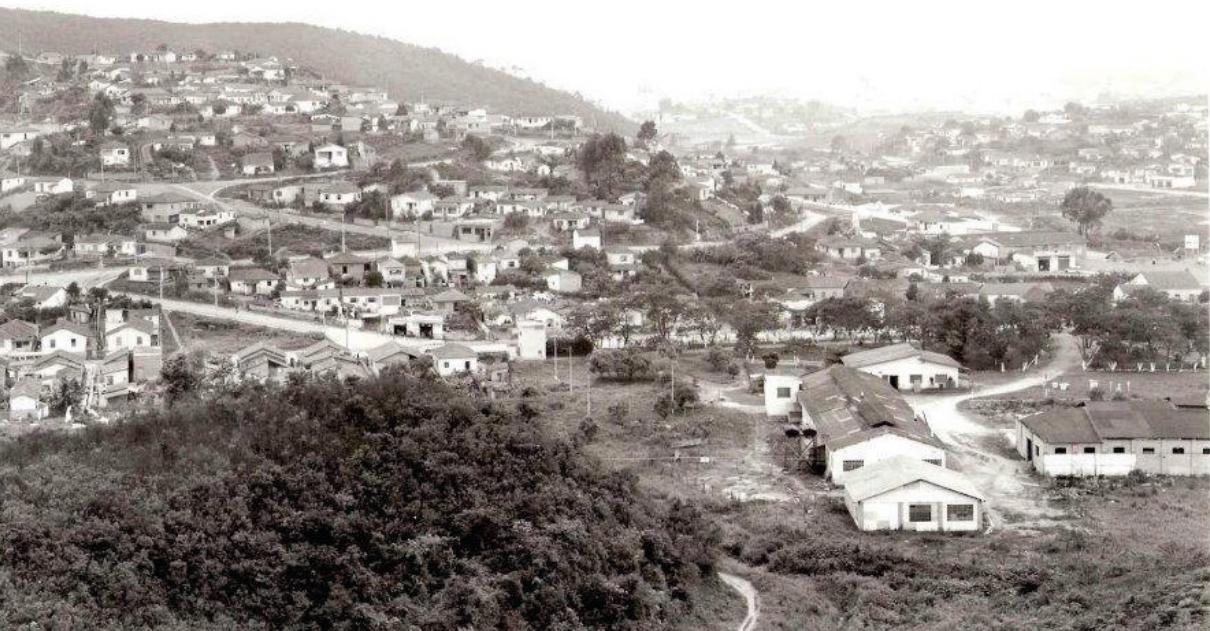
À Professora Ana Castro, por ter acreditado na ideia desde o primeiro momento, ainda em 2015, e por ter me guiado neste percurso acadêmico.

Às Professoras Maria Lucia Gitahy e Raquel Rolnik, não apenas por aceitarem gentilmente fazer parte da banca, mas também pelas aulas, conversas e reflexões que contribuíram imensamente para minha formação.

À FAU, por ser tudo o que eu sonhei e mais um pouco.

Muito obrigada!

Imagen 2: Jardim Zaíra, s.d.  
Acervo Museu Barão de Mauá



Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história  
a partir dos documentos e das ausências de documentos

**Jacques Le Goff**

Imagen 3: Travessia da linha de trem na Avenida Capitão João, década de 1960

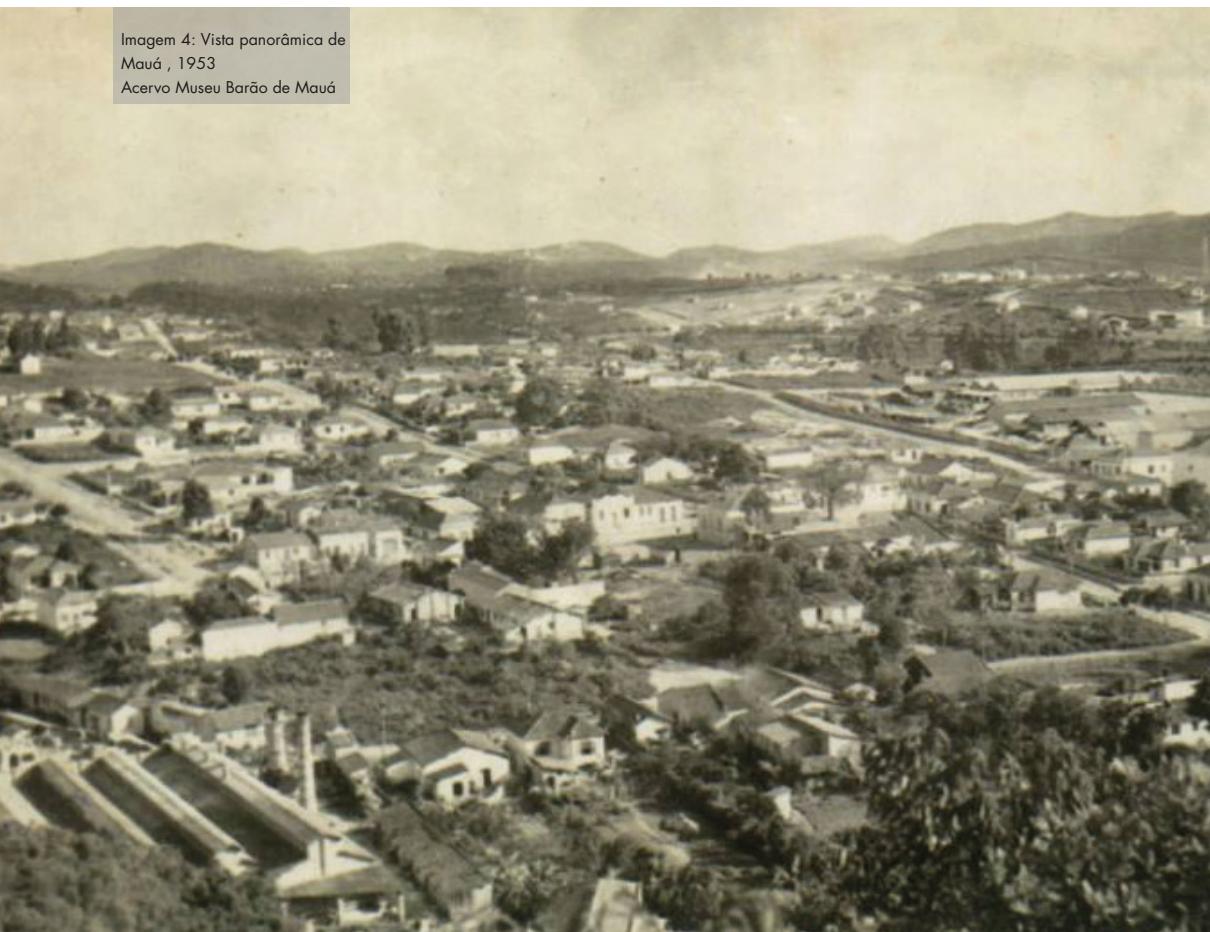
Acervo Museu Barão de Mauá



# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>1. O processo de metropolização de São Paulo</b>	<b>12</b>
<i>1.1 A Região do Grande ABC dentro do contexto metropolitano</i>	<i>13</i>
<i>1.2 O processo de emancipação das cidades do Grande ABC e o papel das indústrias</i>	<i>16</i>
<b>2. As leituras da periferia da metrópole</b>	<b>18</b>
<b>3. Mauá a partir de suas leis: a cidade planejada</b>	<b>30</b>
<b>4. Mauá a partir de seus moradores: a cidade construída</b>	<b>44</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>58</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>60</b>

Imagen 4: Vista panorâmica de  
Mauá , 1953  
Acervo Museu Barão de Mauá



# INTRODUÇÃO

A história desta cidade também é minha história. É a história dos meus pais. É a história de milhares de pessoas que aportaram na metrópole em busca de trabalho e melhores condições e que, juntas, ajudaram a construir as cidades e a sua história. A história desta cidade é a história destas pessoas.

Este trabalho busca ampliar o campo de compreensão do que se entende por periferia e suas definições. Não se busca contestar estudos realizados anteriormente – muitos deles clássicos, justamente pela compreensão dos processos expostos em seus trabalhos –, mas analisar criticamente a forma como estas teorias continuam a ser utilizadas, muitas vezes sem se considerar outras e novas dinâmicas, por vezes fixando um processo histórico e desconsiderando as transformações posteriores e seus efeitos. Se aqueles trabalhos construíram conceitos e explicações sobre a forma de ocupação da metrópole em sua marcha de expansão, dinâmica que ainda se percebe quando analisamos as novas ocupações nas bordas da metrópole, o que se busca aqui discutir é a utilização daqueles argumentos na leitura de cidades que se consolidaram nas últimas décadas, desconsiderando não apenas as dinâmicas internas, mas também o fato de que essas cidades se desenvolveram.

A escolha desse tema para meu Trabalho Final de Graduação se deu quando, ao ter meu primeiro contato com planejamento urbano e as teorias desenvolvidas acerca da periferia, não ver o entorno em que cresci representado naquelas definições. Dessa maneira, fui buscar bibliografia sobre a minha região, o Grande ABC Paulista, para entender melhor sua formação urbana. Qual foi minha surpresa ao constatar que não existia muitos materiais sobre a formação dessa região, que tem grande importância tanto histórica como econômica, mas que não se reflete na produção bibliográfica.

Há poucos trabalhos dedicados especificamente ao município de Mauá, no geral compreendido como parte da história do ABC, na qual Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul têm papel de destaque. Não encontrei nenhum trabalho que se dedicasse a compreender a estruturação fundiária dessa região ao longo da história, tampouco que buscassem relacionar de modo direto a ocupação da cidade e os processos de metropolização, incluídos aí a expansão da mancha urbana paulista, a industrialização, e posteriormente a reestruturação produtiva da metrópole, que consolidaria um perfil de “cidade-dormitório” para Mauá.

Este trabalho pretende assim reconstituir o caminho dessa ocupação. Relacionando a história desta parte do território com a expansão da metrópole paulista, a pesquisa quer contribuir para a compreensão da própria metropolização, jogando luz em partes ainda pouco estudadas deste processo, que, ou por não serem consideradas centrais, ou que, por abrigarem os extratos mais pobres da população, pouco visíveis para a compreensão da industrialização, deixaram de ser pesquisadas com mais atenção.

Partindo-se do pressuposto de que a construção da cidade e de sua identidade está diretamente ligada aos seus habitantes, procurou-se, a partir do relato de antigos moradores, construir uma leitura da história da cidade que se apoiasse também nessas percepções, memórias, experiências e pontos de vistas acerca da construção daquele território, visando escapar da imagem de “cidade-dormitório” que dominou até hoje a identidade desse município, e da compreensão da experiência urbana daquela cidade vista apenas sob a chave das “mazelas e distorções”, onde o indivíduo é concebido como parte passiva ou espoliada (KOWARICK, 1979) e os processos urbanos tomados como decorrentes de forças econômicas que agem abstratamente em uma estrutura monolítica do sistema capitalista.

Para incorporar os relatos de antigos moradores, algumas leituras sobre história oral foram feitas, notadamente o clássico livro *Memória e sociedade: lembrança de velhos*, de Ecléa Bosi (2007), que revisita a histórica da cidade de São Paulo pela perspectiva de oito idosos, buscando não apenas dar voz àqueles indivíduos mas mostrar a importância de suas visões para entendermos a construção de São Paulo, e os caminhos dessa história. Desse modo, ao cruzar as fontes de pesquisa: dados, mapas, documentos e relatos, busca-se aqui constituir uma história urbana que leve em conta as diversas escalas de observação, como ensinou Bernard Lepetit (2001), manejando essas escalas em busca de uma nova história.

O trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte, apresento um breve panorama do que foi o processo de metropolização de São Paulo e como se desenvolveu, de forma geral, a Região do Grande ABC, onde se localiza a cidade de Mauá. Na segunda parte, faço uma leitura de obras que trataram da periferia e cunharam termos e conceitos que continuam a ser largamente utilizados atualmente, para pensar como eles incidem na leitura da cidade de Mauá. Na terceira parte, apresento uma análise da ocupação da cidade a partir de suas leis – enfatizando um processo legal de ocupação que vai sendo tomado por “ilegalidades” decorrentes das transformações sociais e econômicas na metrópole. Na quarta parte, apresento a visão dos moradores, através de depoimentos, que dialogam e ampliam aquilo que aprendemos com a bibliografia – encarnando processos e reconstruindo dinâmicas culturais e sociais que falam de Mauá, mas também falam da metrópole.

# 1. O processo de metropolização de São Paulo

É consenso na história urbana da cidade tratar o período que vai entre dos anos de 1940 a 1970 como os anos da metropolização de São Paulo, período que coincide com o crescimento industrial na Região do Grande ABC<sup>1</sup> e com a emancipação de suas cidades, entre elas, Mauá, em 1953. Assim, a história desta cidade não pode ser compreendida sem se deter também na expansão da metrópole paulista.

O processo de estruturação do território metropolitano de São Paulo ocorreu, segundo Langenbuch (1971), entre 1915 e 1940, tendo a sua consolidação após 1950. Enquanto na capital a expansão urbana se dava inicialmente vinculada aos eixos de transporte com o bonde, nos arredores a ocupação ocorria sobretudo nas margens da linha de trem, com a instalação de indústrias, de habitações suburbanas e o consequente desenvolvimento dos “povoados-estação”. Segundo Regina Meyer, Marta Grotstein e Ciro Biderman:

A análise da estruturação metropolitana através desses grandes eixos de comunicação é, de certa forma, decisiva e justifica a afirmação de que São Paulo nasceu metropolitana. E, por outro lado, deixa claro que a instalação do sistema ferroviário a partir de 1867 (...) funcionou como um elemento estimulante desse esquema primordial. (MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 2004)<sup>2</sup>.



<sup>1</sup> Trata-se da região que compreende os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

<sup>2</sup> Maria Ruth Amaral de Sampaio acrescenta a esse esquema o papel dos ônibus na construção dos territórios periféricos, a partir de 1925, o que também deve ser levado em conta. É interessante observar que, em 1935, já havia uma linha de ônibus conectando São Paulo e Capuava, futuro bairro industrial da cidade de Mauá. (SAMPAIO, 1981).

A consolidação do sistema ferroviário contribuiria para a conformação da metrópole e da macrometrópole, organizando a expansão metropolitana, tendo São Paulo como centro, contribuindo para a dispersão da ocupação e atraindo indústrias para as suas proximidades.

A partir de 1950, com a instalação do parque industrial paulista no Grande ABC, em especial a indústria automobilística, e com a construção das rodovias pautadas pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1961), a dinâmica do território metropolitano altera-se significativamente, consolidando o que vai ser chamado de “padrão periférico de crescimento” e urbanização<sup>3</sup>. Enquanto o centro da capital passava por um processo intenso de verticalização, as margens da cidade eram constantemente alargadas, com a instalação de novos loteamentos. Esse processo ocorreu de maneira combinada, diminuindo a oferta de habitações de aluguel no centro da cidade – desde a Lei do Inquilinato de 1942 – e fazendo com que a “opção” pela casa própria se tornasse cada vez mais a solução de moradia encontrada pelos extratos populares<sup>4</sup>. Com o aumento do número de indústrias nas cidades localizadas ao redor de São Paulo, aumentava também a vinda de população de baixa renda, atraída tanto pelos empregos, quanto pelo baixo custo dos terrenos. A instalação das rodovias interestaduais (Dutra; Rio-Bahia) facilitou a chegada de um grande número de migrantes, advindos principalmente de Minas Gerais e do Nordeste. A instalação de rodovias estaduais como a Via Anchieta e a Imigrantes ampliou as conexões metropolitanas, criando novos eixos de transporte, o que também contribuiu para o aumento da mancha urbana e para a consolidação da Região Metropolitana de São Paulo<sup>5</sup>. Nesse movimento, o aumento no número de bairros populares pobres e o surgimento e crescimento de favelas seria cada vez mais proporcional ao aumento da população<sup>6</sup>.

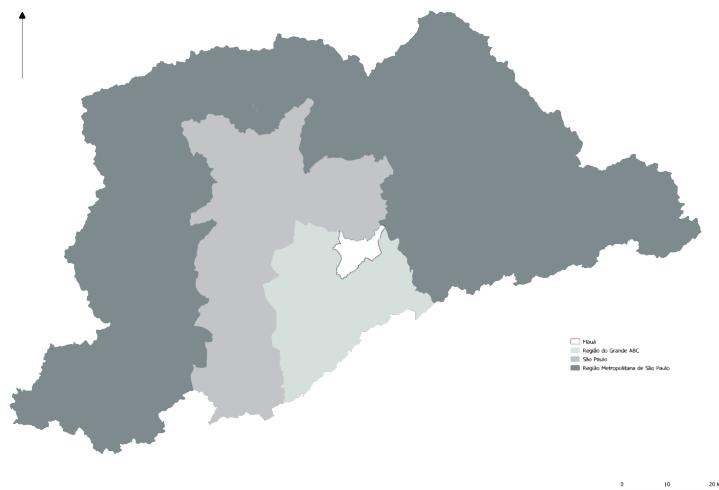
3 A expressão, cunhada por Gabriel Bolaffi, será explorada neste trabalho mais adiante.

4 Para uma análise dos efeitos da Lei do Inquilinato na cidade, ver BONDUKI, 2004. Note-se que a forma de moradia da população mais pobre até então era o cortiço, casas de cômodos compartilhadas por famílias, alugadas sobretudo nas regiões mais centrais da cidade.

5 Segundo Flávio Villaça, a Região Metropolitana de São Paulo existia de fato desde antes da sua formalização pela Lei Federal Complementar nº14, de 8/6/1973.

6 Comumente vistas como um fenômeno da década de 1970, as primeiras favelas surgem em São Paulo já na década de 1940, ainda como pequenos núcleos e vistas como transitórias (Ver a respeito TASCHNER, 2001).

## 1.1 A Região do Grande ABC dentro do contexto metropolitano



Os primeiros relatos históricos com relação à área onde hoje se localiza a atual região do Grande ABC datam do início da colonização. A região era cortada por uma trilha que ia em direção ao litoral, primeiramente utilizado por povos indígenas e posteriormente, pelos portugueses, configurando a região como uma área de passagem. O constante fluxo foi o suficiente para incentivar o surgimento de uma pequena povoação que daria origem, em 1553, à vila de Santo André da Borda do Campo. No entanto, em 1560 foi decretada a mudança da sede da vila para São Paulo de Piratininga, por ordem do governador Mem de Sá, bem como a mudança de João Ramalho e dos outros moradores da região (PEREZ, 2010). Por um longo período, a região ficou “esquecida”, servindo apenas como passagem para o litoral. Segundo Wanderley dos Santos, “parte considerável da atual região do ABC corresponde a sesmaria de Amador Medeiros. No século XVI a mesma foi herdada por Miguel Aires Maldonado, que a concedeu aos Beneditinos, conforme documentação que conservam.” (SANTOS, 1992). Os Beneditinos, por sua vez, firmaram naquele local fazendas que serviriam a São Paulo bens de subsistência e somente em 1812 surge a freguesia de São Bernardo, que se torna um município em 1889-90 (já no contexto de intensificação da urbanização de São Paulo vinculado à cultura cafeeira da qual São Paulo se torna polo), englobando os diversos povoados da região, entre eles, Pilar, que viria a ser posteriormente o município de Mauá.

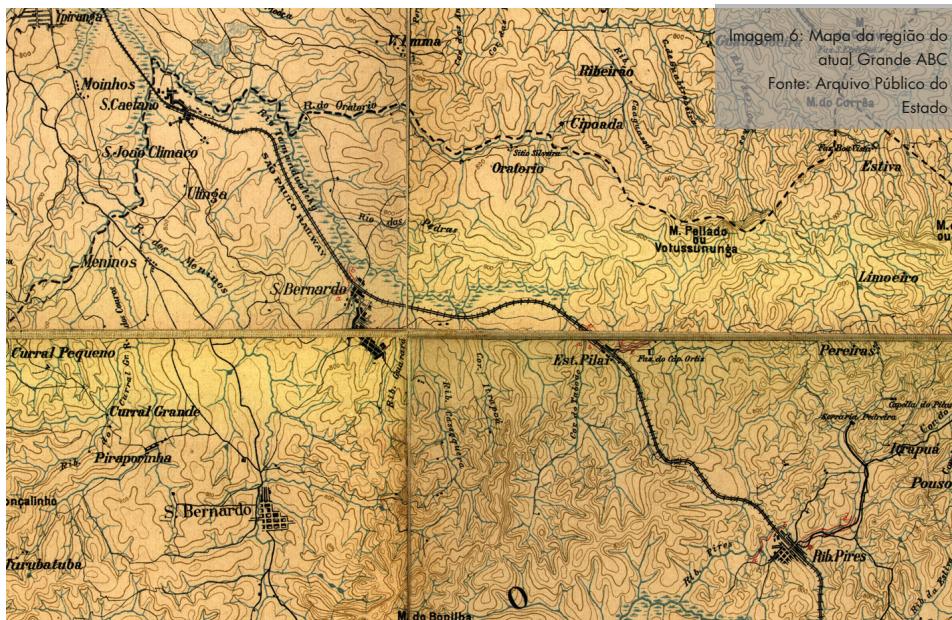


Imagem 6: Mapa da região do atual Grande ABC  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Apesar das cidades da Região do Grande ABC fazerem parte do mesmo território e compartilharem características similares em sua formação, há algumas especificidades que merecem atenção. Enquanto Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul são até hoje vistas como cidades industriais, as outras quatro, incluindo Mauá, são consideradas “cidades-dormitório”. Embora passando por processos de urbanização e industrialização similares, parece haver em um determinado ponto da história uma separação de caminhos – ligados certamente ao tipo de indústria que se instalou em cada uma delas, ou talvez vinculados a representações que constituem o imaginário da metrópole a partir dos anos de 1950<sup>7</sup>. Vale notar que o surgimento do povoado de Pilar, que mais tarde ganhará o nome de Mauá, data do século 19, e seu crescimento está associado à implantação da estrada de ferro São Paulo Railway – a primeira de São Paulo, inaugurando um sistema do qual a capital seria um nó – ligando Santos a São Paulo (e essa a Jundiaí) e que cruzava a região. Essa linha,

apesar de ter sido [feita] para o escoamento e a exportação do café, [...] [tornou-se] a principal responsável pelo surgimento de pequenas cidades em seus arredores, condicionando a fixação de unidades fabris com suas correlatas atividades, favorecendo, de forma natural, o acesso de boa parte do operariado, tão logo destinado a produção fabril (ALMEIDA, 2008).

<sup>7</sup> Pode-se pensar que as comemorações do IV Centenário de São Paulo, vinculando a metrópole à imagem de cidade moderna e industrial, torna o ABC – e, portanto, as três cidades vinculadas às três letras emancipadas na década anterior (anos 1940), Santo André, São Bernardo e São Caetano – como “a” região industrial de São Paulo. Como a emancipação dos demais municípios está se dando justamente nos anos de 1950, eles não aparecem nomeados nas narrativas, surgindo sobretudo numa literatura da década de 1970 – como se verá adiante – que será responsável por consolidar uma outra imagem da metrópole, vinculada sobretudo à ideia de periferia.

go do  
 r as-  
 spora  
 a alh  
 -2  
 ter-  
 funi-  
 on.  
 para  
 o do

30 A, onde tinha o título da São Conim-  
 bricense, e convida a todas as pessoas a visi-  
 tar sua nova casa, onde encontrarão um  
 bom mobiliado estabelecimento e serão ser-  
 vidas o melhor passível. 14. s 14. n 8-1

**São Paulo Railway Company**  
 Faço público que do dia 23 do corrente  
 mês em diante abre-se ao tráfego público  
 a nova estação do Pilar nesta estrada de  
 ferro, a qual se acha situada entre as esta-  
 ções de S. Bernardo e R. Grande.  
 Superintendência em S. Paulo, 21 de  
 Abril de 1883.

John Barker  
 3-1 Sup.riente interino

**Vice-consulado de Portugal**  
**ESPOLIO**

Imagen 7: Recorte do jornal Correio Paulistano anunciando a inauguração da estação Pilar

O crescimento da população do povoado de Pilar de fato levaria a superintendência da São Paulo Railway a instalar uma estação da ferrovia na região e, em 1883, seria inaugurada a Estação do Pilar, “marco no processo de industrialização do futuro município de Mauá” (PUNTSCHART, 2012). A industrialização da cidade começou no entorno desta estação de trem, ainda no início do século XX, com forte presença da indústria cerâmica devido ao solo com grande quantidade de argila branca, sendo uma das pioneiras a Cerâmica Morelli, instalada em 1904. A concentração de indústrias da área da porcelana daí em diante, e a alta qualidade das porcelanas produzidas desde então, rendeu à cidade de Mauá (quando já emancipada na década de 1950), a alcunha de “capital da porcelana”.



Imagen 8: Cerâmica Paulista,  
década de 1950  
Acervo Museu Barão de Mauá

## **1.2 O processo de emancipação das cidades do Grande ABC e o papel das indústrias**

O processo de emancipação das cidades que formam a Região do Grande ABC tem início em 1938, quando a sede do município deixa de ser São Bernardo e passa a ser Santo André. A partir da década seguinte, os diversos núcleos da região, começando com São Bernardo do Campo em 1944, seguido de São Caetano do Sul em 1948, Mauá e Ribeirão Pires em 1953, Diadema em 1959 e Rio Grande da Serra em 1964, tornam-se municípios independentes, configurando a área industrial chamada de ABC (referência justamente às três principais cidades).

Pode-se afirmar que a Região do Grande ABC teve duas fases de industrialização claras: uma com a instalação da Estrada de Ferro São Paulo Railway e outra após a instalação da rodovia Anchieta. A primeira fase se inicia em 1867, ano que marca o início do funcionamento da estrada de ferro, que com o intuito de transportar o café produzido até o porto de Santos, foi responsável também por atrair as primeiras indústrias ainda no final do século XIX. No início do século XX, amplia-se o número de estabelecimentos industriais, principalmente após a década de 1920. A proximidade com a capital, a ligação com o porto de Santos e a disponibilidade de terrenos foram os grandes fatores para a atração de indústrias para essa região. Destacam-se o setor têxtil e moveleiro em Santo André e o setor de cerâmicas e porcelanas em Mauá e São Caetano do Sul (LANGENBUCH, 1971).

A segunda fase da industrialização no ABC ocorre após a instalação da Via Anchieta, em 1947, passando pela cidade recém emancipada de São Bernardo do Campo. A instalação dessa rodovia era parte integrante do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek, que privilegiava os transportes rodoviários e que incluía também medidas de incentivo ao setor privado, para instalação de indústrias como a farmacêutica, a mecânica e a automobilística. Esta última teve papel importante na formação da Região do ABC, pois sua instalação nas margens da Via Anchieta fez com que outras indústrias, que forneciam produtos às indústrias automobilísticas, como as de autopeças, se instalassem nas cidades próximas, gerando novas dinâmicas dentro do próprio ABC.

Neste mesmo período, em 1954, é instalada a Refinaria de Petróleo de Capuava (RECAP), em Mauá, e no entorno dela se desenvolve um polo petroquímico, com diversas indústrias químicas. Concomitantemente a este processo, ocorre uma espécie de saturação na instalação de indústrias dentro da cidade de São Paulo e, devido a diversas desvantagens, como o encarecimento da mão de obra e as longas distâncias que os funcionários tinham que percorrer, aliadas ao transporte público precário e ao encarecimento do valor do solo, as indústrias paulistanas seriam levadas a se instalar nas cidades vizinhas (SAKATA, 2006).

Nota-se que a presença da indústria na Região do Grande ABC desde o início do século XX teve grande influência na sua formação tanto espacial quanto econômica. A instalação das indústrias nos distritos de Santo André contribuiu para o desenvolvimento econômico do município, que, no entanto, não investia em melhorias nas infraestruturas e serviços de todo o seu território. Os distritos, por sua vez, considerando a localização das indústrias e o repasse que viriam delas, manifestaram o desejo de se emancipar. Um artigo publicado em um jornal em Mauá, em 1953, retrata bem a visão do período:

O distrito de Mauá, que congrega 18 grandes indústrias que produzem mais de um milhão e 200 mil cruzeiros por dia de trabalho, e que, com o início do funcionamento de outras, ainda em período de montagem, poderá quadruplicar sua produção dentro de três ou quatro anos, deseja dirigir seus próprios destinos. É preciso que possa cuidar do seu próprio grupo escolar que, além de deficiente, está aos pedaços (...). A conservação da estrada e das ruas pelas próprias indústrias (...) estão em desacordo com as somas pagas anualmente pelas indústrias à União, ao Estado e ao Município. A faculdade de poder um município receber a ajuda direta do Estado para a realização de obras vedadas a um distrito, já é razão mais do que suficiente para que o povo de Mauá queira a sua emancipação. Não podemos imputar nem a Câmara Municipal, nem a Prefeitura, a inexistência de obras públicas em Mauá. A vastidão do território e os vultosos problemas que assoberbam a Administração, são motivos que impedem tais serviços (...).

(Egmont Fink, Folha do Povo, 9 de maio de 1953)<sup>8</sup>



A presença da indústria teve, portanto, um papel fundamental na história da formação das cidades da Região do ABC, tanto espacial quanto economicamente, e, até hoje, mesmo com o aumento da presença do setor de serviços, mantém essa relevância. Apesar de não haver muitas pesquisas que se debrucem sobre essa região incluindo nela todos os municípios, sua importância para a Região Metropolitana de São Paulo e para o próprio país é inegável e estudos posteriores poderão revelar mais detalhes e peculiaridades da mesma.

Se o processo de emancipação das cidades não pode ser entendido desvinculado dessa industrialização que se inicia no começo do século e que vive um real incremento a partir dos anos 1940, tampouco a forma de seu desenvolvimento posterior se desvincula do crescimento desta atividade. É evidente a mudança de escala da industrialização na segunda metade do século, com a transformação da área do ABC em polo industrial da metrópole (e por consequência, do país). E o que se nota é que nesse processo, o significativo aumento do número de indústrias na Região do Grande ABC, principalmente nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, vai levar a um encarecimento dos terrenos e das moradias nessas cidades (MEDICI, 1986). Dessa forma, é possível afirmar que apesar do aumento do número das indústrias também em Mauá, principalmente na área metalúrgica e química, a quantidade de empregos oferecidas na cidade seria menor do que a população residente. Atraídos pelos terrenos mais baratos – se comparados aos dos outros municípios – novos moradores, trabalhadores dessas indústrias localizadas em toda a região, obrigados a procurar um local com um custo menor de moradia, viram em Mauá um lugar para morar, levando a cidade a ser caracterizada a partir daí como “cidade-dormitório”.

## 2 As leituras da periferia da metrópole

No processo de expansão da metrópole foi se configurando uma leitura de São Paulo que tendeu a separar centro e periferia, e mais que isso, colocou essa periferia – diversa, com características nem sempre similares – dentro de um mesmo “bloco”, vendo-a no geral sob o signo da falta. Essa leitura parece ter se configurado sobretudo por meio de uma bibliografia escrita a partir da década de 1970. Nesses anos, concomitantemente ao próprio processo de expansão da metrópole, começam a se desenvolver estudos nas áreas da sociologia, geografia, economia e urbanismo, discutindo os problemas dessa expansão e do crescimento da periferia.

Estes estudos apresentaram explicações e termos importantes para a compreensão deste processo, produzindo leituras da cidade que se tornaram “clássicas”. Entre outros, podemos lembrar dos trabalhos de Lúcio Kowarick, Ermínia Maricato, Flávio Villaça, Francisco de Oliveira, Gabriel Bolaffi. Através dos seus textos, estes pesquisadores cunharam expressões e construíram explicações que, de certo modo, contribuíram para a compreensão da periferia como lugar do “precário”, do “illegal” e da “exclusão”, em uma palavra, um território “marginal”. A ideia de uma cidade formal foi contraposta a de uma cidade informal e centro e periferia se tornaram termos correntes e opostos, tomando-se o precário, o marginal, o illegal, por sinônimo de periferia.

Esses autores, que trabalharam com a questão urbana e particularmente com os processos de metropolização, publicando suas análises no momento de intensificação do processo descrito acima – formularam hipóteses e explicações que são até hoje válidas para pensarmos a cidade, sendo responsáveis por abrir várias frentes de pesquisa. Tomadas como sínteses de processos complexos, expressões como “espoliação urbana”, “padrão periférico de crescimento”, “autoconstrução”, entre outras, muitas vezes acabam hoje sendo usadas como chaves explicativas que prescindem de aprofundamentos, por parecerem condensar os próprios processos. Ao recuperar brevemente tais análises busca-se aqui a sua relação com certas especificidades da ocupação da periferia de São Paulo, e em particular, da ocupação de Mauá, frente a tais compreensões mais gerais, de modo a pensar como estas teorias explicam a formação e ao mesmo tempo congelam uma visão dos espaços que circundam a cidade de São Paulo.

No ensaio “Crítica à razão dualista” escrito por Francisco de Oliveira<sup>9</sup> em 1972, o autor trata das mudanças estruturais que ocorreram após a revolução de 1930, fim da hegemonia da economia baseada na agroexportação, em decorrência da expansão da industrialização. O texto apresenta uma forte crítica à CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) e às teorias desenvolvidas por seus autores.

Segundo o autor, a passagem da economia estruturada pela agroexportação para uma economia focada na indústria não ocorre de maneira brusca. É um processo orgânico, com muitos paradoxos e contradições, no qual convivem modos “arcaicos” e “modernos”, com esse último crescendo e absorvendo o primeiro. Dessa forma, ao se focar nas questões de dependência dos países periféricos com relação aos centrais (dinâmica centro-periferia), deixa-se de refletir sobre as questões internas que contribuem para o “subdesenvolvimento”. Francisco de Oliveira não nega a importância do capitalismo dos países considerados centrais, mas levanta a importância de se olhar para dentro, enfatizando também que toda a teorização acerca do subdesenvolvimento não responde ao que teria mais influência no “modo de produção subdesenvolvido”: as leis internas ou as leis que regem a economia mundial.

Imagen 10: Avenida Barão de Mauá, década de 1940  
Acervo Daniela Targa



9 Francisco de Oliveira (1933-2019) formou-se em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (1956), e defendeu seu doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo, onde também atuou como professor. Participou da criação da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) e do Cebrap (Centro Brasileiro de Planejamento). Um de seus ensaios mais importantes é publicado nesse período: Crítica à razão dualista (1972), mesmo período em que escreve o prefácio do livro *A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial* (1982), organizado por Ermínio Maricato.

Analisando as questões internas, percebe-se um papel muito grande do Estado, principalmente através da regulamentação do trabalho via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A legislação, ao fixar um salário mínimo, considerou apenas as necessidades essenciais para um certo tipo de trabalhador, sem considerar outros parâmetros, ou seja, o mínimo para a sobrevivência e sem agregar eventuais ganhos por produtividade. Além disso, a fixação do salário mínimo, que era maior do que a renda em áreas rurais incentivava, segundo o autor, a migração e assim, a formação de um exército industrial de reserva. O Estado também interfere em outros fatores econômicos, fixando preços, investindo em infraestrutura, distribuindo ganhos e perdas “entre os diversos estratos ou grupos capitalistas” e dando subsídios a certas atividades econômicas. Segundo o autor:

Regulando o preço do trabalho (...), investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. (OLIVEIRA, 1972, p. 43)

Deste modo, o Estado cria as bases para que a acumulação do capital industrial possa se reproduzir e uma nova estrutura se desenvolva baseada na indústria.



Imagen 11: Avenida Rio Branco, década de 1940  
Acervo André Paixão

Neste novo panorama, a agricultura passa a ter um papel diferente. Ela deve abastecer as cidades sem elevar o custo da alimentação para os trabalhadores urbanos e o custo da matéria prima para a indústria, contribuindo para a acumulação de capital da última. A combinação de disponibilidade de grandes áreas livres com grande oferta de mão de obra fez com que fosse mais barato utilizar mão de obra na lavoura do que automatizar a produção, dado o excedente de pessoas e os baixos salários. Com isso, um número grande de pessoas transfere-se para as cidades, em busca de melhores condições de vida, contribuindo para o aumento do “exército industrial de reserva”.

Considerando este processo, no qual trabalhadores rurais se transferem para as cidades, muitos sociólogos, no Brasil e na América Latina, começaram a falar de “uma urbanização sem industrialização e uma urbanização com marginalização”, tendo em vista que o grande crescimento das cidades não teria como único responsável a industrialização, argumento que Chico de Oliveira precisa ao dizer que o crescimento das cidades brasileiras deve ser entendido dentro de um panorama no qual “as necessidades de acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizados, cuja forma aparente é o caos das cidades” (OLIVEIRA, 1972). O autor apresenta como exemplo a construção das residências das classes trabalhadoras, na sua maior parte autoconstruída, nos dias de folga e fins-de-semana, com ajuda de outros trabalhadores. A habitação construída é fruto de um trabalho não pago, ou seja, “supertrabalho”, que contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, diminuir o custo de reprodução desta força e diminuir os salários pagos pelas empresas, já que os trabalhadores acabam arcando com o custo da habitação. E, assim, a exploração da força de trabalho é usada para contribuir com a expansão do capital, que introduz novas relações em uma estrutura antiga e reproduz relações antigas nas novas relações. Ou seja, ao contrário do que os sociólogos da CEPAL argumentam, o arcaico não é apenas uma fase do desenvolvimento e sim parte inerente da estrutura capitalista brasileira.

O autor identifica duas fases da acumulação pela industrialização: produção de bens de consumo não duráveis, mais baratos, voltados para a população trabalhadora e produção de bens duráveis, tendo como público alvo uma população com alta renda. Esses bens, como por exemplo o carro, tinham o preço muito mais alto do que um similar em outro país, mas a questão não era o consumo e sim a acumulação do capital. A industrialização acontece buscando-se acumular capital e não em suprir uma demanda de consumo. No geral, o autor mostra que o modelo de acumulação industrial não substitui completamente o modelo econômico anterior. O que acontece é uma mudança gradual, com elementos da antiga forma na nova, tudo isso pautado pelas ações do Estado. A ideia principal que alimentará outras leituras é justamente a “crítica à razão dualista”, que via arcaico e moderno como polos separados. O que Chico de Oliveira faz é ler o

antigo como parte constituinte do moderno, não seu oposto.

No texto “Autoconstrução de moradias e espoliação urbana”, publicado em 1979 no livro *A espoliação urbana*, escrito na década de 1970, o sociólogo Lúcio Kowarick<sup>10</sup> analisa a questão da habitação do trabalhador urbano, principalmente na periferia da metrópole, e o papel do Estado e do capital nesse processo. Ele ressalta que a autoconstrução de moradias pelos trabalhadores é resultado da exploração do trabalho e acúmulo de capital através do rebaixamento do salário, visto que o trabalhador arca com os custos de produção, além de usar sua força de trabalho de forma gratuita, visão já exposta no texto “Crítica a razão dualista”, publicado em 1972 e que será desenvolvida em “O estado e urbano no Brasil”, de 1982, ambos de Francisco de Oliveira. Kowarick ressalta o papel do Estado na segregação espacial e a ausência de políticas públicas que ofereçam serviços básicos e de infraestrutura de maneira universal, no que ele vai chamar de espoliação urbana. As poucas políticas públicas voltadas à habitação de interesse social não funcionam, já que grande parte dos que deveriam ser beneficiados não tem condição de arcar com os valores propostos para o financiamento<sup>11</sup>. Dessa maneira, não há outra escolha aos trabalhadores pobres urbanos senão buscar alternativas dentro do orçamento, no caso, cortiços, geralmente nas áreas centrais<sup>12</sup>, ou a casa na periferia, por meio da autoconstrução ou do barraco na favela<sup>13</sup>. Uma questão importante levantada pelo autor se refere à como a organização dos trabalhadores e das classes populares poderia trazer uma mudança de cenário. Ele afirma:

Além da abundância da reserva de mão-de-obra, o processo de dilapidação está diretamente relacionado a capacidade de organização da classe trabalhadora em defender tanto seus níveis salariais e condições de trabalho em geral, como o acesso aos serviços de caráter coletivo, que têm reflexos diretos nos níveis de reprodução ampliada da força de trabalho, dos quais a habitação constitui um componente essencial (KOWARICK, 1979, p. 62.)

A limitação imposta pelo regime ditatorial então vigente às atividades dos sindicatos dificultava os trabalhadores a buscar por melhores condições de salários e a falta de liberdade cível também dificultava para os moradores uma cobrança maior com relação à infraestrutura básica nos novos bairros. Vale ressaltar que havia sim resistência na periferia, como mostrarei mais adiante no caso das Associações

10 Lúcio Kowarick (1938- ) formou-se em Ciências Políticas e Sociais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1961, fez um mestrado na França e em 1973 defendeu seu doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo, onde se tornou professor, até se aposentar como Titular. Seus principais livros são: *A espoliação urbana* (1979) e *Escritos Urbanos* (2000).

11 Lembre-se que se tratava do período de funcionamento do BNH, banco nacional de habitação criado em 1964 para centralizar os investimentos em habitação de interesse social, e que veria sua finalidade ser parcialmente modificada, financiando setores médios em detrimento dos setores mais pobres.

12 Que era a forma de moradia corrente até então, e que justamente deixavam de ser amplamente oferecidos a partir da Lei do Inquilinato, como vimos.

13 Processo que se inicia nos anos 1940 mas que ganha força a partir das décadas de 1960 e 1970, como vimos.

de Amigos de Bairro e da Associação das Donas de Casa. Além disto, no período em que este texto foi escrito, começava a ocorrer as grandes greves do ABC, que teriam consequências na situação econômica dos trabalhadores daquela região.

No texto “Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema”, publicado por Gabriel Bolaffi<sup>14</sup> também em 1979, no livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* organizado por Ermínia Maricato, o autor apresenta um panorama geral de como funcionava o BNH (Banco Nacional de Habitação), quais eram os seus objetivos e o porquê de não dar certo. Ali também apresenta o conceito de “padrão periférico de crescimento”.

Depois do golpe militar, o problema da habitação é colocado como um dos problemas “prioritários do país”, em detrimento de outros projetos que foram considerados anteriormente tão importantes quanto, como por exemplo as disparidades regionais. Para o autor, isso configura um “falso problema”. Ele diz que há sempre uma grande distância entre o que se diz ser um problema e a situação real. Não que o problema, neste caso, de habitação, não existisse, mas a forma como é posto e os reais objetivos nem sempre são o que parecem. Para o autor, a importância atribuída a um problema vai variar conforme a estratégia e objetivos de quem está no poder.



Imagen 12: Vila Guarani, s.d.  
Acervo Edilson Madureira

<sup>14</sup> Gabriel Bolaffi (1934-2011) formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Foi professor da FFLCH-USP e da FAUUSP e tem entre suas obras o livro *A casa das ilusões perdidas: aspectos socioeconómicos do Plano Nacional de Habitação* (Cebrap, 1977).

Em 1964 o Estado apresenta a questão da habitação popular como “problema fundamental”. Com objetivo de solucionar este problema, é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que em 1967 recebe a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tornando-se o segundo maior banco do país. Apesar de todo o dinheiro à disposição para solucionar o problema da habitação popular, o BNH fica longe de atingir este objetivo.

Isso teria ocorrido pelo fato do BNH transferir suas funções para a iniciativa privada, ficando responsável apenas pela arrecadação. Ao deixar a cargo da iniciativa privada as decisões de localização e construção das habitações que financiava, o BNH contribuiu com a cadeia de maus projetos que se seguiu: “utilização de terrenos inadequados e mal localizados, [que] prossegue na construção de edificações imprestáveis e se conclui com a venda da casa a quem não pode pagá-la, por preços frequentemente superiores ao valor de mercado” (BOLAFFI, 1979). O autor também diz que:

(...) o uso que tem sido feito dos recursos do BNH não fez mais do que multiplicar na escala da construção em série, mas sem os ganhos de produtividade desta última, os efeitos urbanísticos dos lotes vendidos a prazo na periferia das grandes cidades “com mil tijolos postos” no terreno. Um processo industrial de favelamento. (BOLAFFI, 1979, p.55)

Segundo Bolaffi, o BNH não passou de um artifício político para enfrentar um problema econômico. Conforme a economia melhora, as preocupações com relação as habitações populares vão sendo gradativamente esquecidas.

Imagen 13: Centro de Mauá,  
década de 1970  
Acervo Museu Barão de Mauá

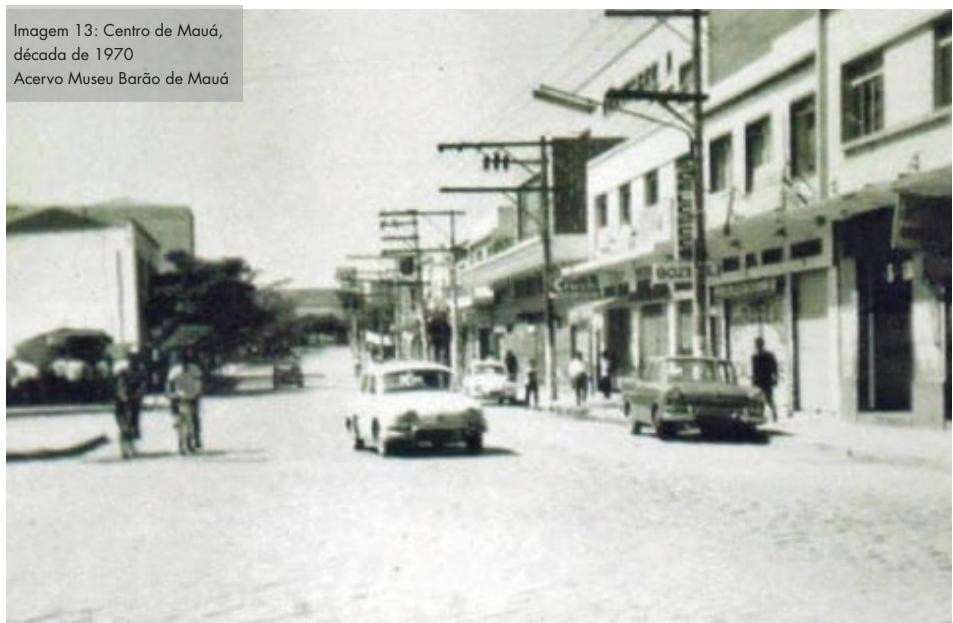
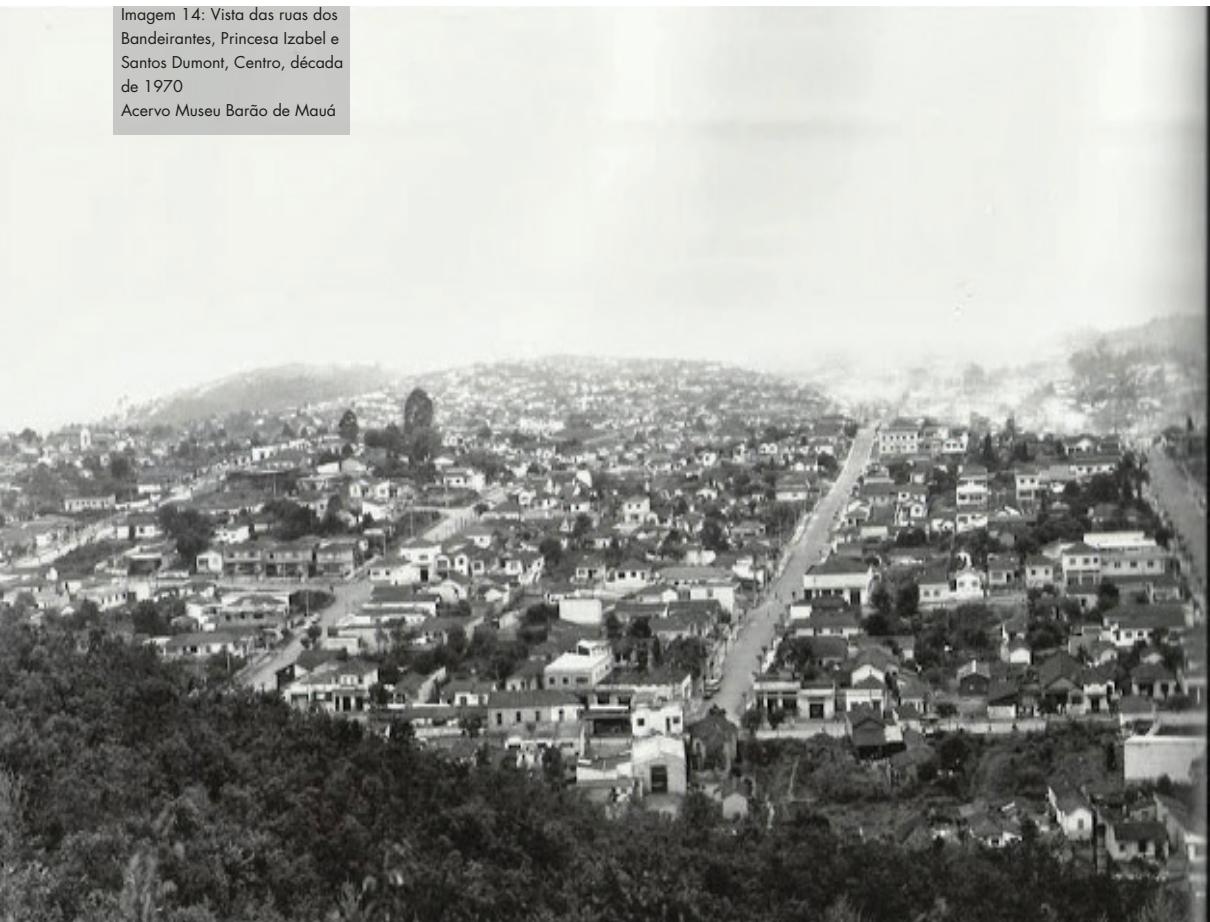


Imagen 14: Vista das ruas dos Bandeirantes, Princesa Izabel e Santos Dumont, Centro, década de 1970

Acervo Museu Barão de Mauá



O principal objetivo do BNH era incentivar a construção e aquisição a compra da casa própria, em especial, pelas classes de menor renda. Com os efeitos da lei do inquilinato, que desestimulou o investimento em casas populares e fez com que os valores do aluguel subissem, e a desvalorização do salário real, juntamente com a constante ameaça da perda do emprego, o trabalhador é forçado a buscar outros meios que caibam no seu pequeno salário para morar, buscando, assim, terrenos na periferia, que são parcelados de modo a caber no orçamento, onde a casa é autoconstruída aos poucos, em um padrão que Bolaffi vai nomear de “padrão periférico de crescimento”.

O autor define esse “padrão” como “o padrão descontínuo de expansão da mancha urbana, típico e facilmente perceptível nas grandes capitais do país”. Este processo tem como características baixa densidade de ocupação do solo urbano, aumento das distâncias entre as residências e o acesso a serviços e empregos, ineficiência dos transportes, aumento dos custos da urbanização e comprometimento da eficiência da administração pública. Para Bolaffi, esse crescimento horizontal descontínuo e sem planejamento efetivo é responsável pela formação da periferia tal como ele a define. A periferia, para o autor, são, portanto, os setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos nos quais os valores da área (terreno) são baixos, de modo que um trabalhador os possa adquirir. Bolaffi afirma que este processo “implica também a deterioração permanente e progressiva dos setores centrais da metrópole e do habitat urbano como um todo.” (BOLAFFI, 1972, p. 58)

Este processo seria resultado de “mecanismos econômicos que conferem ao solo urbano funções econômicas alheias à sua utilidade intrínseca (... )” (p. 58). O solo urbano deixa de ter apenas a função de moradia e passa ser um ativo econômico, um investimento com o fim de gerar lucro, criando um ciclo que desencadeia a especulação imobiliária. Os investimentos públicos em serviços valorizam as áreas próximas às melhorias, aumentando o lucro de quem pode adquirir os terrenos. Essa valorização, gerada por serviços instalados pelo poder público, é privatizado, e não é repassado para o Estado, que fez tais melhorias. O autor finaliza o texto apresentando uma análise do motivo da política habitacional vigente não dar resultados e quais modificações deveriam ser feitas para atingir os objetivos propostos inicialmente.

O texto “O Estado e o urbano no Brasil”, escrito por Francisco de Oliveira e publicado na Revista *Espaço e Debates* em 1982, trata da relação do Estado com o desenvolvimento urbano no país, discorrendo sobre como a economia influenciou na formação do urbano no Brasil. O autor argumenta que as cidades têm grande importância mesmo no período colonial, onde a agroexportação era a única base da economia nacional. Desse modo, a urbanização não começaria com a industrialização, mas antes, com a cidade sendo a sede do capital comercial ainda

na colônia. O que ocorre no período industrial é uma redefinição da urbanização, com o aparelho produtivo também presente na cidade, diferentemente do período colonial, já que neste caso a produção se dava no campo. Além disso, a economia baseada na monocultura não criou uma rede urbana no entorno da área produtiva, mas criou grandes cidades, que eram responsáveis por gerir o capital comercial da produção do campo. Segundo o autor:

Os diversos ciclos da economia brasileira (...) permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial. (OLIVEIRA, 1982, p. 51)

Chico de Oliveira aponta que o ritmo da urbanização nas cidades brasileiras é superior ao da industrialização, ou seja, que as cidades crescem mais rápido do que se industrializam. Isso acontece, segundo Oliveira, porque no período anterior ao da industrialização não havia uma divisão social e um mercado de trabalho, já que a economia colonial era sustentada pelo trabalho escravo. Dessa maneira, a instalação da indústria, dada as suas necessidades, induz a formação de um mercado, bem como a ocupação das cidades, dada a necessidade de mão de obra na indústria – ainda que não necessariamente absorvendo a todos. Nas suas palavras,



quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. (OLIVEIRA, 1982, p. 55)

Para suprir a necessidade de moradia dos trabalhadores, no início, as indústrias ofereciam moradia e infraestrutura básica. É interessante notar que a instalação das indústrias fez com que o Estado fornecesse serviços básicos, como energia elétrica e distribuição de água, para suprir as necessidades de produção, e o fornecimento dessa infraestrutura beneficiou indiretamente os moradores das cidades.

O crescimento da indústria na periferia do capitalismo também pode ser entendido como uma resposta ao aumento da força da classe trabalhadora nos países centrais, e, consequentemente, a alta do preço da força de trabalho naqueles territórios. Dessa maneira, e com auxílio do Estado, grandes multinacionais se estalam em países como Brasil, México e Colômbia, em busca de baratear seus custos.

A instalação das grandes multinacionais traz consigo uma organização interna, onde se encontra uma camada de trabalhadores “improdutivos” (administração e gerência), que dá lugar ao que vai ser chamado “classe média”. Isso repercute no urbano a partir do crescimento do setor terciário e da criação de demandas, haja vista a importância que essa classe passa a ter dentro da estrutura nacional. Segundo o autor,

O urbano hoje é sobretudo a criação e reprodução do espaço das classes médias no Brasil, em primeiro lugar, e, pela sua negação, evidentemente, da ausência das classes populares enquanto agentes políticos na estrutura política do país e no aparelho de Estado. (OLIVEIRA, 1982, p. 66)

Chico de Oliveira conclui que é necessário pesquisar a relação do Estado com o urbano e do Estado com a sociedade civil, de modo a entender a produção do espaço e pensar novas soluções para antigos problemas.

No texto “Entre o legal e o ilegal – mercado e escassez”, presente no livro *Metrópole na Periferia do Capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência, publicado em 1995, Ermínia Maricato<sup>15</sup> discorre sobre segregação ambiental, exclusão social, ilegalidade, e como o Estado é conivente com a ilegalidade presente no espaço urbano. Essa reflexão deriva dos estudos que Ermínia vinha desenvolvendo desde

15 Formada pela FAU USP em 1973, Ermínia Maricato (1947 - \_) se torna professora da mesma faculdade no ano seguinte. Em 1979 organiza o livro *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. A partir daí, segue estudando os processos de ocupação das periferias, torna-se secretária da habitação e desenvolvimento urbano na gestão municipal de São Paulo (1989-1992) e participa ativamente na criação do Ministério das Cidades, sendo secretária executiva, vice-ministra e coordenadora técnica da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (entre 2003 e 2005). Atualmente é professora visitante do Instituto de Economia da Unicamp e professora colaboradora do curso de pós-graduação da FAUUSP.

o final dos anos 1970 na FAU, parte delas sustentando a publicação do volume *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial* (1979). Ela inicia seu texto afirmando que a industrialização no Brasil levou a um acentuado crescimento econômico, indicando, porém, como esse crescimento não foi revertido em melhorias para os trabalhadores da indústria. Pelo contrário, houve um aumento da desigualdade. Ou seja, o processo de urbanização suscitado pela concentração de indústrias na metrópole teria levado a uma grande concentração de pobreza nas periferias, resultando em exclusão social e segregação ambiental, com pouco ou nenhum acesso a serviços básicos e infraestrutura urbana<sup>16</sup>. Em um cenário no qual trabalhadores com menos recursos não conseguem acessar o mercado imobiliário privado, o que resta são áreas no qual este mercado não tem interesse, ou seja, áreas distantes dos locais com infraestrutura, loteamentos clandestinos na periferia, favelas em áreas de proteção ambiental ou de risco<sup>17</sup>. Com este panorama, destaca-se o papel do Estado, tanto no incentivo à valorização de áreas do interesse do mercado, através de obras de infraestrutura – como será indicado no texto de Flávio Villaça –, quanto na conivência da ocupação de áreas ilegais. Com relação a este último fator, a autora mostra que o Estado apresenta um comportamento contraditório: ora valida a ocupação ilegal, através de oferecimento de serviços básicos como saneamento e legalização da ocupação; ora condena, desapropriando os moradores e os transferindo, muitas vezes, para áreas mais distantes e mais precárias. Interessante observar que o que leva as autoridades públicas a interferir nas áreas ilegais, seja para desapropriar, seja para fazer melhorias, não é o cumprimento da lei ou a aplicação de políticas públicas. No geral isso ocorre como forma de favorecer alguma parte, seja devido ao clientelismo político em época de campanhas eleitorais, seja para liberar uma área em região privilegiada e desejada pelo mercado imobiliário. Ao final, uma frase de Maricato resume bem a política adotada pelo Estado: “uma política de fachada para uma prática de faz de conta em uma cidade de ficção” (MARICATO, 1995, p. 37).

No texto “São Paulo: segregação urbana e desigualdade”, publicado em 2011, Flávio Villaça<sup>18</sup> também aborda a segregação urbana, afirmado logo no início que “nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/

16 É interessante notar que essa é a tese que se explicita na obra coletiva *São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza*, fruto de uma pesquisa publicada por intelectuais ligados ao recém-criado Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e encamendada pela Cúria Metropolitana de São Paulo (na pessoa de D. Paulo Evaristo Arns), que nesses anos terá uma ativa participação nas discussões sobre as condições de vida dos trabalhadores em São Paulo. O título, crescimento e pobreza, sintetiza essa percepção, e o capítulo “A lógica da desordem” explica o mecanismo. Ver CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976. O capítulo é republicado por Kowarick em *A espoliação urbana*.

17 Ermínia explora isso em seus filmes *Fim de semana* (1975) e *Loteamento Clandestino* (1978), onde evidencia a precariedade nos loteamentos clandestinos e irregulares, a falta de infraestrutura básica e a incapacidade dos trabalhadores em acessar o mercado formal de habitação, devido aos baixos salários. Ver CASTRO & ARAVECHIA, 2019.

18 Flávio Villaça (1929 - ) formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela USP em 1953 com mestrado no Georgia Institute of Technology e doutorado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com a tese *A estrutura territorial da metrópole sul brasileira*, (1979), com pós-doutorado no departamento de Geografia da Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1985. Foi professor na FAU USP até 1998.

compreendido se não forem considerados as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (VILLAÇA, 2011, p. 1). A partir disso, Villaça desenvolve suas reflexões acerca do tema e destaca os avanços das pesquisas que ele fez sobre as cidades em relação a estudos anteriores sobre o mesmo tema. Esse texto, portanto, decorre de sua obra *O Espaço intra-urbano no Brasil*, publicado em 1998, no qual o autor analisa a dinâmica de diversas metrópoles brasileiras.

Villaça questiona a forma clássica de representar a segregação urbana, através de círculos concêntricos<sup>19</sup>, considerando os ricos nos centros e os pobres nas periferias, mostrando que, com relação a São Paulo, as pessoas mais ricas passaram a ocupar o território seguindo um vetor no quadrante sudoeste. Ao olhar mais detalhadamente para esta região, fica claro o papel do Estado na segregação social e econômica, pela concentração de infraestrutura, principalmente de transporte (é interessante observar como essa região da cidade é bem servida de linhas de metrô, enquanto a zona leste, região mais populosa, conta com apenas uma linha) e por meio de leis como zoneamento e uso e ocupação do solo, que restringem a ocupação dessas áreas de modo a receber sempre o mesmo tipo de empreendimento. Villaça também destaca a segregação dos empregos terciários, concentrados no mesmo quadrante



Imagen 16: Avenida Barão de Mauá, 1985  
Acervo Museu Barão de Mauá

sudoeste, próximos às moradias dos estratos mais ricos e consequentemente longe das moradias dos mais pobres, que, com isso, gastam mais tempo e mais dinheiro no deslocamento casa-trabalho. Ainda com relação à concentração de empregos, ele observa que os empregos industriais são, em sua maioria, preenchidos por pessoas dos estratos mais pobres, que passam a morar nas regiões onde se concentram as indústrias e desenvolvem sua própria dinâmica econômica.

O autor contrapõe as zonas industriais da metrópole (ABC, Guarulhos, Osasco)<sup>20</sup> com a Zona Leste, e conclui que a última, por não ter concentração de emprego e uma atividade econômica mais dinâmica, seria a “grande região dos mais pobres da metrópole” (VILLAÇA, 2011, p. 16). Ao concluir, Villaça enfatiza que o espaço e o tempo na metrópole não são dados pela natureza, mas produzidos pela ação do homem, segundo o interesse de poucos, numa clara manifestação da desigualdade socioeconômica do país.

Em todos esses textos, a atuação do Estado é abordada, seja interferindo e influenciando processos, seja por sua ausência calculada. Nessas leituras fica muito claro o modo como o Estado articula as questões econômicas em prol de um projeto de país baseado na indústria e no capital, e as consequências deste na paisagem urbana. Chico de Oliveira afirma que o modelo econômico moderno não substitui o arcaico e sim, o incorpora, usando conceitos antigos para amplificar a acumulação do capital. Nesta mesma linha, ao apresentar o funcionamento no BNH, Bolaffi demonstra que a intenção ali não está em prover habitação para as pessoas, mas sim, na questão econômica, ao relegar suas funções à iniciativa privada. Os autores, com exceção do Villaça, tratam da questão da habitação popular, mostrando como a política adotada para tratar desta questão, através do BNH, não foi capaz de suprir as necessidades das classes mais humildes. A partir do momento em que o programa habitacional do governo incentiva a construção e aquisição da casa própria, sem apresentar opções para as classes mais baixas, se desenvolverá um tipo de ocupação que Bolaffi vai definir como “padrão periférico de crescimento” e Kowarick vai apresentar como um processo de “espoliação urbana”. Neste caso, a autoconstrução da moradia pelos trabalhadores vai ser vista, pelos autores, como uma solução adotada pela população que não tem acesso ao mercado formal e como parte da política de acumulação de capital, através do supertrabalho e do decréscimo nos salários do trabalhador. Kowarick e Maricato discorrem também sobre a questão do legal *versus* o ilegal. Os autores vão destacar duas formas bem definidas de moradia: a forma legal, através do mercado formal, e a ilegal, através de loteamentos clandestinos, favelas e ocupações irregulares, sem mencionar uma outra dinâmica, observada pela própria Maricato em sua tese de mestrado, que é a autoconstrução em loteamentos regulares, que ocorre principalmente nas regiões industriais (MARICATO, 1977).

20 Em seu livro *O espaço intra-urbano no Brasil* (1998), Villaça vai dizer que a Região do Grande ABC se configura como subcentro da metrópole desde 1940, definindo-a como “região operária de classe média”.

Percebe-se também uma certa generalização da ideia de periferia, sem considerar as dinâmicas econômicas internas de cada parte da metrópole. Villaça, que escreve o texto no início dos anos 2000, ou seja, com um olhar mais distante do processo, faz uma diferenciação entre a Zona Leste e as zonas industriais (ABC, Guarulhos e Osasco), porém, não se aprofunda muito no assunto, o que acaba por não contribuir tanto para entender como esses espaços na periferia se diferem, unindo-os sob o mesmo “padrão periférico” de ocupação, e no fundo, dando-lhes o mesmo nome de “periferia”, tomando-lhes como igualmente precários e sob o signo da “falta”.

Se as leituras desses autores contribuem para entender como se foi formando um olhar para a “periferia” da cidade e as suas dinâmicas, elas também permitem pensar algumas questões relacionadas especificamente à Região do Grande ABC, com relação ao mercado imobiliário, ao papel do Estado na configuração do espaço e à ausência ou não de infraestrutura. O mercado atua onde sabe que o lucro vai ser certo. No caso do ABC, na segunda fase de sua industrialização, os salários, como dito por Maricato (1995, p. 29), eram baixos, portanto, não havia nenhum interesse do mercado formal, voltado para classe média e passível de investimentos do BNH, por áreas naquela região. Isso não significa, porém, que não houvesse um mercado popular formal ou que a ocupação tenha sido em sua maioria clandestina ou irregular – como mostrei na minha pesquisa de iniciação científica sobre a ocupação de Mauá<sup>21</sup>. É interessante observar também que no Grande ABC as indústrias arcaram com parte do valor do transporte, através do transporte particular fretado, para garantir que seus funcionários cheguem na hora, já que o transporte público não oferece qualidade e rapidez, reflexo da política rodoviária e da precariedade dos serviços de transporte público. Não podemos ignorar nesse caso, o controle da empresa no tempo do funcionário, mas não deixa de ser um dado interessante.

Dessa forma, o que se percebe é que - sem tirar a validade das macro explicações, que são fundamentais para nos fazerem entender os processos mais gerais da urbanização, suas tendências e lógicas-, a pesquisa monográfica pode contribuir por apresentar as variações nesse padrão, bem como precisar melhor as dinâmicas internas de uma parte da periferia metropolitana, de modo a aprofundar e ampliar o estudo de uma região tão complexa como a metrópole paulista. Uma leitura posterior pode trazer novos olhares e nuances para questões e conceitos que são repetidos e utilizados até hoje, contribuindo também para historicizar a própria crítica urbana. É necessário questionar esses padrões e trazer novos pontos de vista, para entendermos melhor o complexo tecido urbano que temos agora, ou seja, dando também atenção aos processos não apenas na sua gênese, mas nas suas transformações ao longo das décadas.

---

21 SANTOS, 2017. Nessa pesquisa, ao recuperar a história da cidade de Mauá, por meio da cartografia e a da legislação, pude verificar que os loteamentos foram sendo abertos – desde as primeiras divisões da Fazenda Bocaina por meio de aprovações na prefeitura, seguindo as leis vigentes.

### 3. Mauá a partir de suas leis: a cidade planejada

D iante do panorama apresentado, escolher uma cidade como ponto privilegiado de observação, no nosso caso, Mauá, pode colaborar para avançar na compreensão do processo de formação das áreas periféricas bem como de suas transformações. Se as leituras macro, realizadas pelos autores acima citados, explicaram os grandes processos, talvez se possa dizer que ao nos determos em dinâmicas particulares, observando o processo em uma escala menor, novos caminhos e diferentes visões podem surgir. Nesse sentido é que apresentamos aqui o caminho das leis que colaboraram para a consolidação do município de Mauá.

A primeira lei visando regular o crescimento urbano da região onde hoje se localiza Mauá data de 1929. A lei municipal 271, do município de São Bernardo, instituía regras para abertura de novos loteamentos, determinando a porcentagem de área reservada a equipamentos públicos, áreas livres (5% da gleba) e sistema viário (20% da gleba), bem como a largura das vias (12 metros). Esta lei foi aplicada em Mauá mesmo depois de sua emancipação, seguindo vigente até 1970, quando é aprovada a lei 1.134, que instituiu novas regras. Ou seja, os loteamentos realizados entre a década de 1950 e 1970, seguiam uma lei que não era pensada exclusivamente para a cidade de Mauá, mas para uma cidade da qual não fazia mais parte.

Em 1970, foram promulgadas as leis 1.133, 1.134, 1.135 e 1.136, respectivamente, lei de zoneamento, diretrizes de loteamento, plano diretor de desenvolvimento integrado e código de obras<sup>22</sup>. Esse conjunto de leis apresentavam os objetivos para o desenvolvimento da cidade, bem como as diretrizes a serem seguidas para alcançar estes objetivos.

Pode-se dizer que Mauá teve o seu primeiro loteamento aprovado quando ainda era um distrito de São Bernardo e se chamava Pilar, em 1922. Foi o loteamento da Fazenda Bocaina, implementado pela imobiliária Pacheco, Schmitt e Victorino. Através de pesquisas de documentos e plantas da Prefeitura de Mauá foram levantados numerosos loteamentos abertos a partir dessa década e que vão dar origem ao futuro município de Mauá, identificando-se nessa pesquisa a década em que cada gleba foi loteada e o nome de seu proprietário, até a década de 2000, conforme tabela 1.

22 Vale notar que na década de 1970 a capital paulista elaboraria seu primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado, o PDDI, em 1971, em 1972 seria promulgada a Lei de Zoneamento e que em 1973 a Lei que criaria a Região Metropolitana de São Paulo. Ver VILLAÇA, 1999.

**TABELA 1 – Loteamentos no Município de Mauá divididos por década**

Década	Loteamento	Proprietário	Decreto Lei
1920	Vila Bocaína (Fazenda Bocaína)	Pacheco, Schmitt e Vitorino	
1930	Vila Magini	Vicente Matrone	
1950	Jardim Maringá	Sociedade Comercial e Imobiliária São José Ltda	
1950	Jardim Columbia	Empreendimentos Imobiliários e Construções Moreira S/A	
1950	Vila Ana	Albert Konecny e Ana Konecny	
1950	Vila Ana Maria	Arturo Gregori	
1950	Jardim Santa Lídia	Octavio da Silva Prado e Cassio Prado da Silva Prado	
1950	Vila Noêmia	Noêmia Pedroso Bueno	
1950	Jardim IV Centenário	Chiaki Kuwahara	
1950	Jardim Haydee	Cícero de Campo Póvoa	19/1959
1950	Jardim Mauá	Werner Sack	22/1956
1950	Jardim Zaira	Chafik Mansur Sadek, Celso Victor Otaviano Sadek e Hene Mansur Sadek	23/1956
1950	Vila Real	Nelson Velloso Rodrigues, Manoel Duarte Brazio e Emilio Vaz Afonso	43/1957
1950	Jardim Bela Vista	Francisco Coitto Pitta	74/1958
1950	Vila Feital	Círculo Operário do Ipiranga	94/1958
1950	Vila Lisboa	Francisco Affonso e Aníbal Duarte Ferreira	
1950	Cidade Recreio da Borda do Campo	Melhoramentos Virginía Ltda.	
1950	Vila Assis Brasil	Sociedade Auxiliadora Predial Ltda.	
1950	Vila Augusto		
1950	Bairro Bocaína II	Albertino Moreira Guimarães	
1950	Vila América	Vicente Matrone	
1950	Jardim Sônia Maria	Raul Ferreira de Barros	77/1958
1950	Jardim Bocaína	Mario Carmo Graziosi	
1960	Jardim Nóbrega	Otávio Ramos Nóbrega	158/1960
1960	Vila Independência	Jayme Martins Salgueiro	158-B/1960
1960	Vila Mercedes	José Vicente de Carvalho Morelli	
1960	Vila Santa Rosa	Sociedade Imobiliária Santa Rosa	158-A/1960
1960	Vila Tavares	Francisco Afonso	156/1960
1960	Jardim Pilar	Décio de Assis Pedroso, Noêmia Pedroso Póvoa, Carlos de Campos Póvoa e Odila Pedroso Póvoa	
1960	Jardim São Gabriel	Sebastião Orlandim	907/1971 5.439/1996
1960	Vila Santa Cecília	Metalúrgica Matarazzo S/A	215/1961
1960	Parque dos Bandeirantes	João de Biasi	258/1962
1960	Jardim Estrela		
1960	Jardim Maria Eneida	Elias Aron Awada	290/1963
1960	Jardim Rosina	Yolando Garcia Guimarães	282/1963
1960	Vila Falchi	Pedro Falchi	279/1963
1960	Vila Isabel	Heloisa Magalhães Ferreira	2.899/1983
1960	Bairro Matriz	Décio de Assis Pedroso, Noêmia Pedroso Póvoa, Carlos de Campos Póvoa e Odila Pedroso Póvoa	
1960	Jardim Santista	Henrique Hermano Fischer	
1960	Parque Pilarópolis	Rodolph Augustus John Lord	

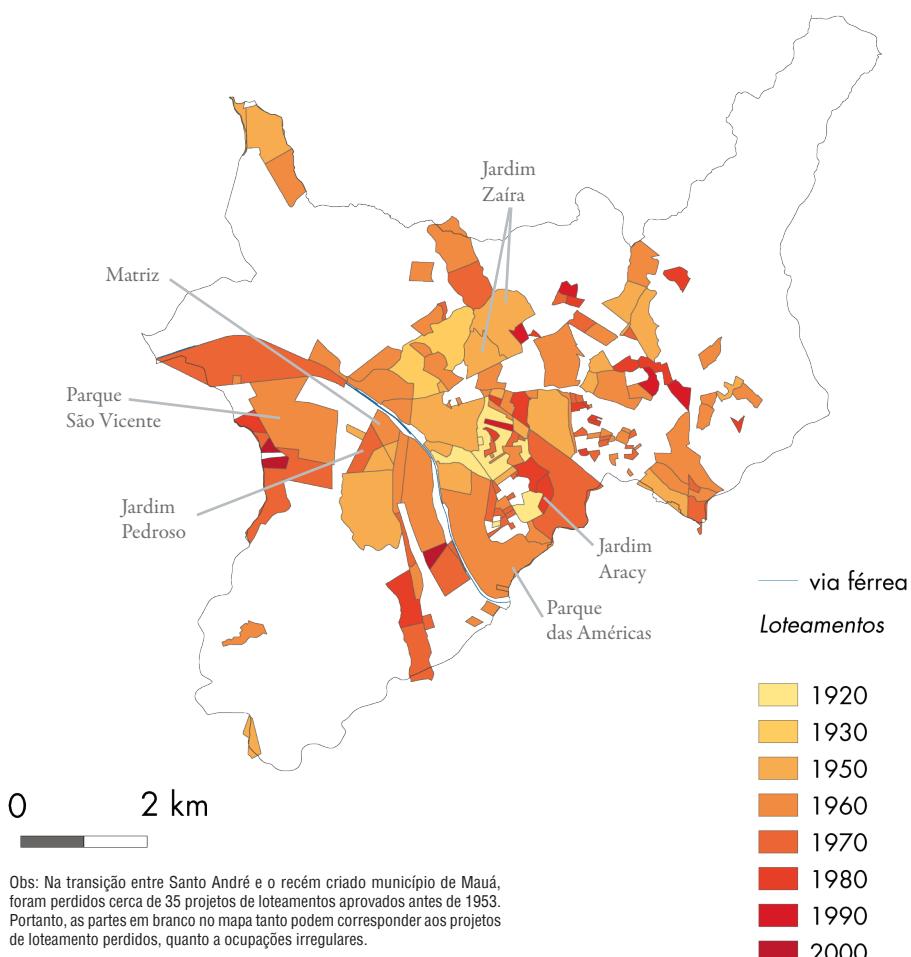
1960	Parque Rosalinda (Vila Magini)	Mario Magini	
1960	Vila Dirce	Aldo Gallo	
1960	Vila Morelli	José Vicente de Carvalho Morelli	
1960	Vila Otávio Miniguini	Otávio Miniguini	
1960	Jardim Cerqueira Leite	Indústrias de Cerâmica Cerqueira Leite S.A.	372/1965
1960	Vila Correia		
1960	Jardim Adelina	José Cândido de Cerqueira Leite	451/1966
1960	Cidade Kennedy	Fernando Ramos de Araújo e Jorge Rudge Ramos de Araújo	448/1966
1960	Jardim Itapeva	Empresa Imobiliária Lutfalla Ltda.	446/1966
1960	Chácara São Braz	Manoel Pereira Leite, Mario Bastos Lemos e Braz Trillo Gomes	
1960	Jardim Cleide	Organização Auxiliar de Investimentos Ataliba da Silva	
1960	Jardim Ipê	Oswaldo Fargiani e José Roberto Preto	717/1969
1960	Jardim São Jorge	Adélio Ferraris	711/1969
1960	Parque Centenário I	Décio Fernandes Afonso e Manoel Tavares Estrela	
1960	Parque Centenário II	Décio Fernandes Afonso e Manoel Tavares Estrela	
1960	Vila Carlina	Urupês Imóveis Ltda. Sociedade Civil	714/1969
1960	Parque Alvorada	Décio Fernandes Afonso e Manoel Tavares Estrela	1.894/1977
1960	Parque das Américas	José Luftfalla	1.347/1974
1960	Vila Aparecida	Jaime de Oliveira	
1960	Sítio Bela Vista	Caio Ferraz Velloso	
1960	Parque Boa Esperança	Companhia Cerâmica Mauá	310/1963
1960	Bairro da Bocaina	Albertino Moreira Guimarães	
1960	Jardim Bogus	Nagib Bogus e Michel Bogus	
1960	Jardim Miranda Aviz	Luiz Silva de Miranda Aviz, João Abrantes de Carvalho e João Roberto Behn de Aguiar	
1960	Vila Emílio	Emílio Behrenot	
1960	Vila Nossa Senhora de Fátima	Oswaldo Fargiani e José Roberto Preto	
1960	Vila Nossa Senhora das Vitórias	Jayme da Silva Thiago	317/1963
1960	Vila Nova Mauá	José Carlos Paes de Barros e Lidia Paes de Barros	772/1969
1960	Jardim Paranavaí	Paraná - Empreendimentos Imobiliários e Comércio Ltda.	694/1969
1960	Jardim São Sebastião	Ildefonso Mercado	899/1971
1960	Parque São Vicente	Almeida Prado S.A. Comissária e Exportadora	335/1964
1960	Jardim Silvia	Décio Fernandes Afonso e Manoel Tavares Estrela	
1960	Jardim Silvia Maria	Raul Ferreira de Barros	
1960	Vila João Ramalho (Revogado)	Fumitomo Maeoka	371/1975 582/1968
1970	Jardim Cruzeiro	Rodolfo Birkenhauer	934/1971
1970	Vila Oratório	Dario Leandrinri Archimede Vicenzi	1.711/1976
1970	Jardim Itapark	Otávio Miniguini	873/1970
1970	Jardim Itapark Novo	César Francisco Beretta	
1970	Jardim Coimbra	Manoel Moreira	902/1971
1970	Jardim Planalto	Miguel Gomes	931/1971
1970	Jardim São Judas	Noêmia Pedroso Bueno	920/1971
1970	Vila Alice	Alcides Augusto Pires Daniel	980/1971
1970	Jardim Brasília	Manoel Moreira	1.045/1972
1970	Jardim Flórida	Manoel Moreira	1.169/1973 1.216/1973

1970	Jardim Cláudia	Harry Horst Walendy	1.129/1973
1970	Jardim Guapituba	Mario Bastos Lemos	1.420/1974
1970	Jardim Paulista	José Sanches e Antonio Carpinetti de Carvalho	
1970	Jardim Pedroso	Décio de Assis Pedroso, Noêmia Pedroso Póvoa e Carlos de Campos Póvoa	985/1971
1970	Jardim Primavera	Carlos de Campos Póvoa	930/1971
1970	Jardim Rosinelli	Antonio Rosinelli	1.388/1974
1970	Jardim Salgueiro	Jalles Martins Salgueiro, Jaime Martins Salgueiro e Jarbas Martins Salgueiro	
1970	Jardim Esperança	Esperança de Oliveira Saavedra	1.497/1975
1970	Vila São Roberto	Francisco Caruso	1.579/1975
1970	Jardim Cecília Tereza	Reynaldo Gomes Novo	1.658/1976
1970	Jardim São João	Miguel Gomes	1.723/1976
1970	Jardim São Miguel	Miguel Gomes	
1970	Fazenda Capitão João	Instituto Nacional de Previdência Social	
1970	Jardim Bom Recanto	Moacir Frizzi e Guido Correa	1.878/1977
1970	Jardim Elvira	Sociedade Civil Imobiliária Cinerama	1.882/1977
1970	Jardim Miramar	Otacilio da Cruz	1.828/1977
1970	Vila São Francisco	Antonia Valério	1.902/1977
1970	Jardim Alto da Boa Vista	José Roberto Correa Guimarães	2.310/1979
1970	Vila Pereira	José Osvaldo Galatti Damo, Claudionor Pereira e Julio Pereira da Silva	
1970	Vila Sônia	Brás Trillo Gomes e Miguel Gomes	944/1971
1970	Chácara Falchi Onodera	Kioshi Onodera	2.020/1978
1970	Jardim São Luiz	Manoel Moreira	989/1972
1970	Sítio Bocaina (Subdivisão)	Francisco Antonio	1.376/1974
1980	Vila Nossa Senhora Aparecida	Oswaldo Fargiani e José Roberto Preto	2.370/1980
1980	Jardim Aracy	Anselmo Haraldt Walendy	2.338/1980
1980	Jardim Camila	U.Z.P. Participações e Empreendimentos S/A	2.386/1980
1980	Jardim Hélida	Hélio dos Santos e Nereu Zaboli	3.052/1983
1980	Vila Eliana	Humberto Pela Júnior	2.564/1981 3.101/1984
1980	Jardim Araguaia	Materiais para construção Porto Ribeiro S/A	3.244/1984
1980	Vila Ana II	Augusto Turko	
1980	Vila Maria José (regularização)	Chafik Mansur Sadek	3.962/1987
1980	Jardim Campo Verde	B.I. Administração e Participações S/C . Ltda.	4.113/1988
1980	Jardim Itaussu (revogado)	OLBRAN - Participações e Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda.	2.898/1983 4.352/1990
1980	Jardim Olinda	Arenaterra - Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda.	3.163/1984
1980	Vila Verde	OLBRAN - Participações e Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda.	3.498/1985
1980	Vila Abdouni	Mohamed Chafik Abdouni	3.650/1986
1980	Vila Gomes (regularização)	Brás Trillo Gomes	6.047/2000
1980	Jardim Camargo	Roc. Empreendimentos Imobiliários e Repres. Ltda.	
1980	Parque Jaguari	Companhia Jaguari de Engenharia e Comércio	3.089/1983
1980	Vila Ligia (Modificação Gleba C-Jardim Zaira)	Chafik Mansur Sadek	3.962/1987
1980	Sítio Bocaina (Desmembramento - Vila Santoni)	Itapark Participações e Empreendimentos S/C	

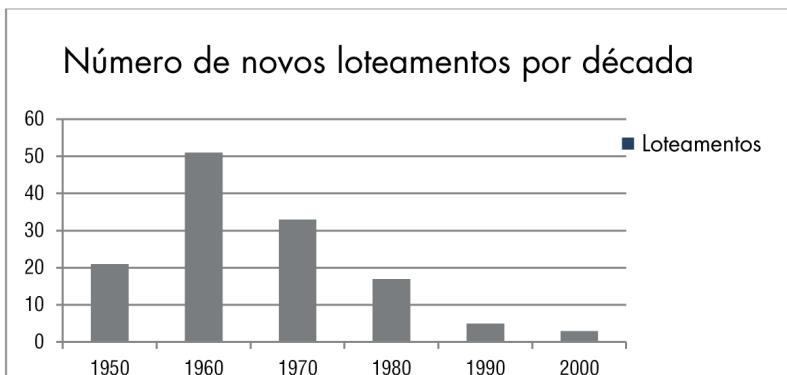
1990	Jardim Nilza Miranda	RAC - Assessoria e Participações Ltda.	5.748/1997
1990	Jardim Elizabeth	Eduardo Lutfalla	4.776/1992
1990	Country Park	Adolfo Komei	5.833/1998
1990	Vila Coronel Pires (Modificação Gleba C - Jardim Zaira)	Chafik Mansur Sadek	
2000	Jardim Idel	Idel Empreendimentos, Participações e Administração Ltda.	6.604/2004
2000	Residencial Isabella	Ecovillage - Empreendimentos Ltda.	7.077/2007
2000	Parque Itrapoã	Luiz Scarpelli	7.094/2007

Fonte: Prefeitura do Município de Mauá. Tabela elaborado pela autora.

## Mapa com loteamentos da cidade de Mauá, divididos por década



## GRÁFICO 1 – Loteamentos no Município de Mauá divididos por década



Fonte: Projeto de Município de Mauá: Geográfico elaborado pela autora.

Analizando o gráfico 1 observa-se que houve um incremento do número de loteamentos nas décadas de 1960 e 1970, coincidente com o crescimento populacional, como se pode ver pelos dados do IBGE apresentados na tabela abaixo – e coincidente ainda com o período de expansão da mancha metropolitana em geral, como mostra a bibliografia<sup>23</sup> - durante um período de intensificação da industrialização.

TABELA 2 – Crescimento populacional dividido por décadas

Ano	População total	Crescimento populacional em relação ao ano anterior	População urbana	População rural	Densidade demográfica
2010	417064	1,39%	417064	0	6741,41
2000	363392	2,36%	363392	0	5869,78
1991	294631	3,32%	294631	0	4759,10
1980	205817	7,25%	205817	0	2630,68
1970	102188	13,45%	102031	157	1310,10
1960	28924	11,81%	14128	14796	370,82
1950	9472	6,7%			121,44
1940	4973		2653	2320	63,76

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Tabulação elaborada pela autora.

Isso demonstra como nesse período houve um crescimento significativo da

<sup>23</sup> LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo: estudo da geografia urbana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971; MEYER, Regina; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, CIRO. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: EDUSP/IMESP, 2004; REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo: Vila Cidade Metrópole*. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

ocupação da cidade, estruturando-se a partir daí o seu território. Pode-se considerar como hipóteses para justificar tal crescimento, além do processo de metropolização de São Paulo, combinado com a instalação das indústrias automobilísticas, metalúrgicas e químicas a partir de 1950, as vantagens em se comprar lotes nesse município, como indicado por Médici (1986) em *De Pilar a Mauá*. Segundo o autor, no maior loteamento feito na cidade, o do Jardim Zaira, para se incentivar a compra dos lotes, o dono oferecia aos compradores a possibilidade de dividir o valor do terreno em diversas parcelas fixas, além de oferecer 5.000 blocos, uma porta, uma janela e um vitrô, o que seria suficiente para a construção de uma casa simples. Esse tipo de "incentivo" se repetia em outros loteamentos na cidade e iria contribuir para uma ocupação rápida daqueles terrenos, que respondia ainda à demanda crescente de moradia por uma imensa população que aportava naqueles anos na metrópole em busca de emprego.

**ESPECTACULAR**

Já foi Inaugurada a Linha de ônibus Jardim Zaira que faz o percurso do Loteamento até a Estação de Mauá

A MAIOR OPORTUNIDADE AGORA A SEU ALCANCE, NO

# JARDIM ZAIRA

Vejam com muita atenção estas excepcionais vantagens:

... PARA V. S. ADQUIRIR UM  
ÓTIMO LOTE DE TERRENO, JUNTO A

- ★ 1º Com fornecimento gratuito de 6.000 tijolos, 400 telhas uma porta e uma janela, entregues imediatamente.
- ★ 2º O Jardim Zaira, Além de estar muito perto da Estação de Mauá, já possui luz elétrica e 2 Grandes Indústrias dentro do loteamento.
- ★ 3º V. S., residindo no Jardim Zaira, poderá tomar os trens na estação sem fazer o uso de outras conduções.
- ★ 4º É servido por magníficos trens de Suburbios à todo instante.
- ★ 5º O Jardim Zaira, além de ser o maior é o melhor loteamento de Mauá, e está localizado junto as melhores escolas, ginásios, lojas e outros melhoramentos.
- ★ 6º V. S., vai até o loteamento do "Jardim Zaira", pela avenida principal da cidade que é calcada e iluminada.

**Atenção!** Atendemos, todos os dias e também aos

Domingos e Feriados

em frente à ESTAÇÃO DE MAUÁ.

Chamamos à sua especial atenção, quando for ver os terrenos, tome sómente os carros do loteamento do "Jardim Zaira", que estão as suas ordens em FRENTE AO ESCRITÓRIO, na AV. BARÃO DE MAUÁ N.º 5.

Distribuição Interna

Imagen 17: Propaganda do loteamento Jardim Zaira, s.d., Acervo Museu Barão de Mauá

PRESTAÇÕES A COMEÇAR DE Cr\$ 380,00 MENSALIS SEM JUROS

**Estação de Mauá**

Para ver os terrenos tome os trens na Estação da Luz ou do Brás e dentro de poucos minutos V. S. chegará em Mauá onde terá oportunidade de ver com seus próprios olhos, o vertiginoso progresso do "Jardim Zaira", que em menos de um ano, já foram construídas inúmeras residências e várias casas comerciais.

**Preços ao alcance de todos**

Procure hoje mesmo conhecer o nosso loteamento pois temos a certeza que V. S. realizará o maior negócio imobiliário de Mauá.

**HORARIOS DOS TRENS**

DIAS UTENS	SÃO PAULO A MATA											
8:00	4:35	5:30	5:35	6:10	6:46	7:00	8:18					
8:30	5:30	10:15	10:40	11:00	11:10	12:35	12:45					
10:30	10:30	12:30	13:00	13:30	13:45	14:45	14:55					
17:30	18:13	18:30	18:45	19:15	19:45	20:35	22:18					
22:00	22:00	22:00	22:00	22:00	22:00	22:00	22:00					

DE MATA A SÃO PAULO

4:05	4:15	5:20	5:40	6:22	6:58	7:30	7:45
8:37	8:35	10:25	10:55	11:35	12:12	13:42	13:45
10:25	10:25	11:45	12:15	13:00	13:45	14:45	14:55
17:34	18:12	19:35	20:20	20:43	20:54	22:07	22:07

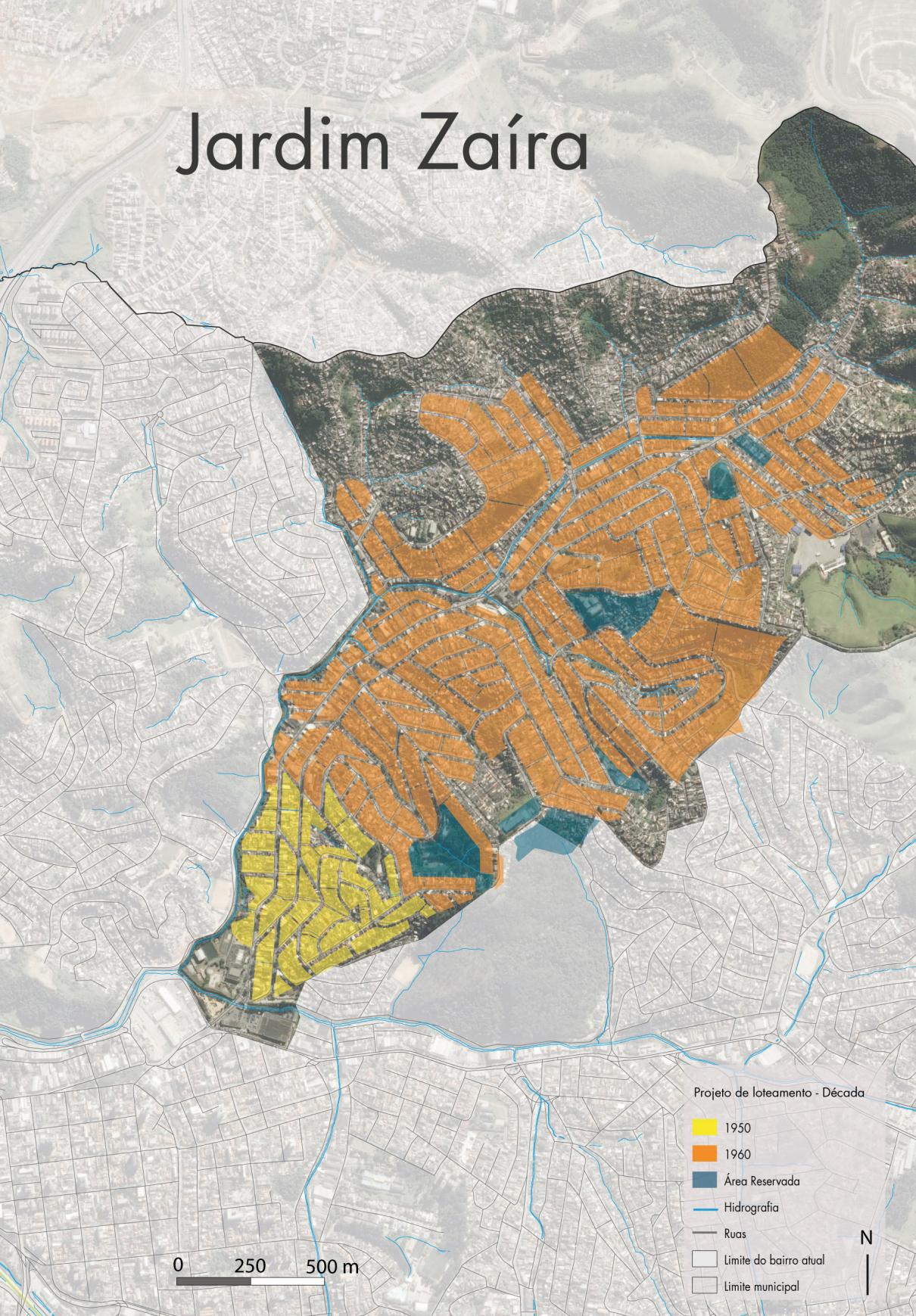
DOMINGOS E FERIADOS

SÃO PAULO A MATA												
8:00	4:26	5:10	5:22	5:35	6:08	6:46	7:00					
8:10	4:18	5:02	5:14	5:26	5:59	6:37	6:50					
12:13	12:13	14:40	15:00	15:20	15:45	16:17	17:30	18:38				
16:13	16:13	18:45	19:05	19:25	19:50	20:22	21:35	22:45				

DE MATA A SÃO PAULO

4:05	4:35	5:04	5:32	6:25	6:45	7:35	7:50
8:37	8:35	9:12	9:38	10:35	11:05	12:42	12:45
10:25	10:25	11:45	12:15	13:00	13:30	14:45	14:55
17:34	18:00	19:12	19:38	11:35	13:35	13:56	14:10
22:00	21:34	22:34	22:51	22:51	22:51	22:51	22:51

# Jardim Zaíra



prévia. Entretanto, a tabela 1, se permite perceber a grande variedade de tipos de investidores, que iam de nomes da elite paulista (como os Silva Prado), a nomes de imigrantes ou descendentes de italianos (como Patrone, Falchi, Gallo, Manguini) e de outras etnias, notadamente árabes ou libaneses (Chafik, Luftalla), bem como de empresas investidoras ou indústrias (como a Metalúrgica Matarazzo) e mesmo associações operárias (Círculo Operário do Ipiranga) ou o Estado (Instituto Nacional de Previdência Social) –, também indica que a cidade foi sendo loteada por meio de investidores “oficiais”, que eram os proprietários de glebas e terrenos loteados ao longo de décadas. Vale ressaltar que o loteamento ser legalizado não garante que este não seja precário, do ponto de vista das infraestruturas como fornecimento de água, de luz e esgotamento sanitário, considerando que a lei 271 de 1929, vigente até 1970 não considerava estaa infraestrutuas. Assim como o oposto, o fato do loteamento ser popular ou estar localizado em região industrial não significar que é carente de infraestrutura, como no caso do Parque São Vicente, que já oferecia serviços básicos, mesmo não sendo necessário por lei.

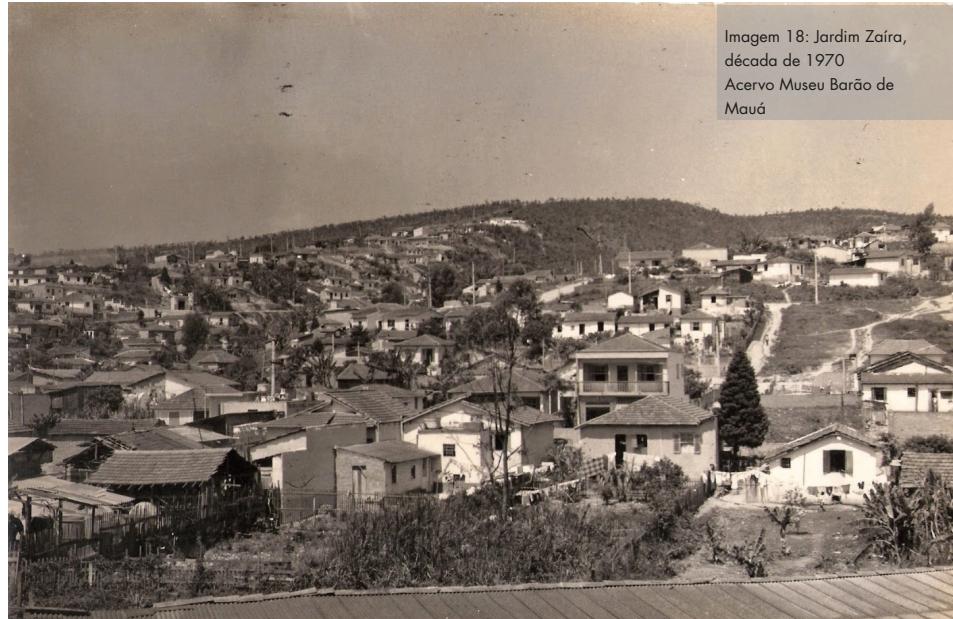
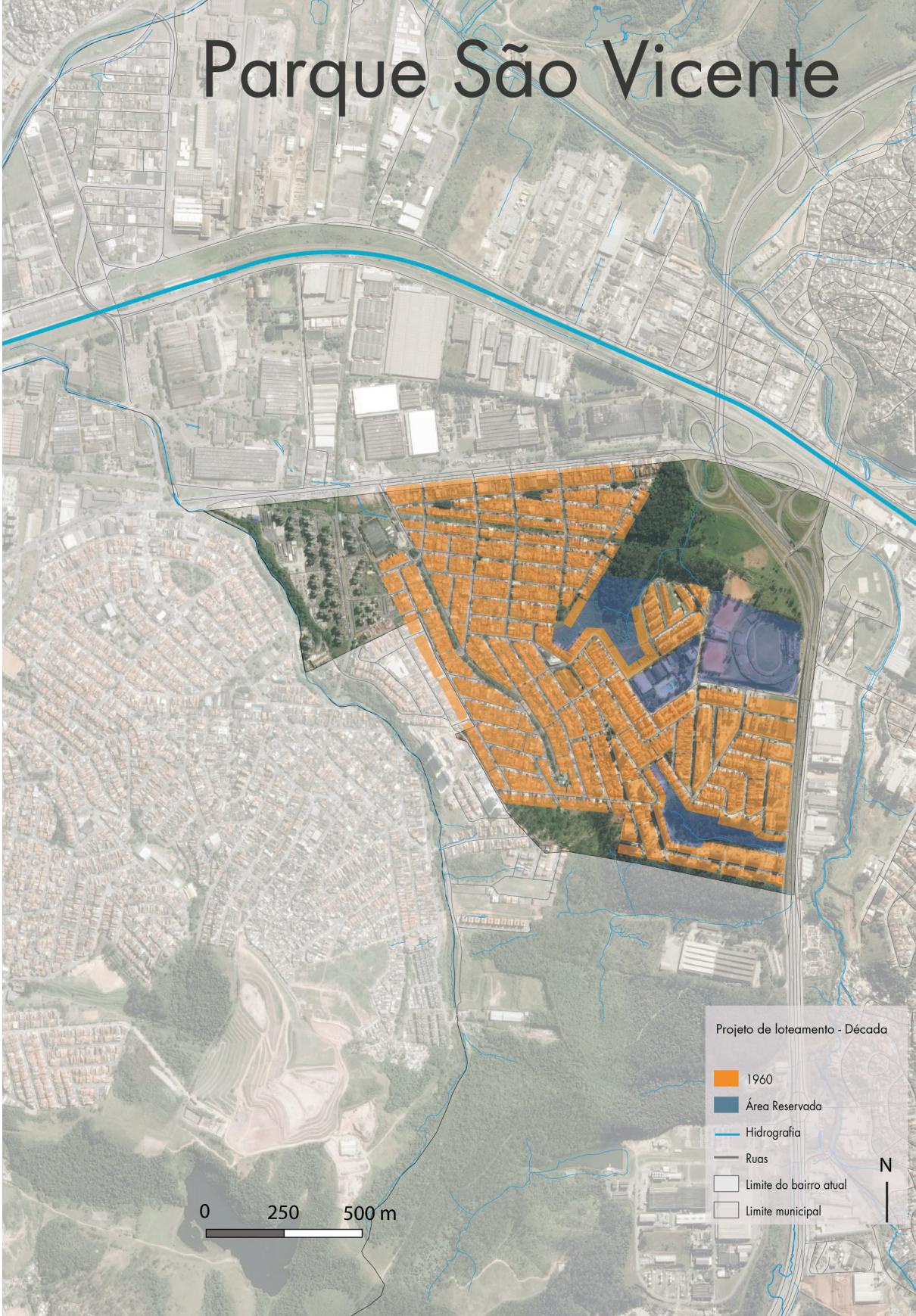


Imagem 18: Jardim Zaíra,  
década de 1970  
Acervo Museu Barão de  
Mauá

# Parque São Vicente



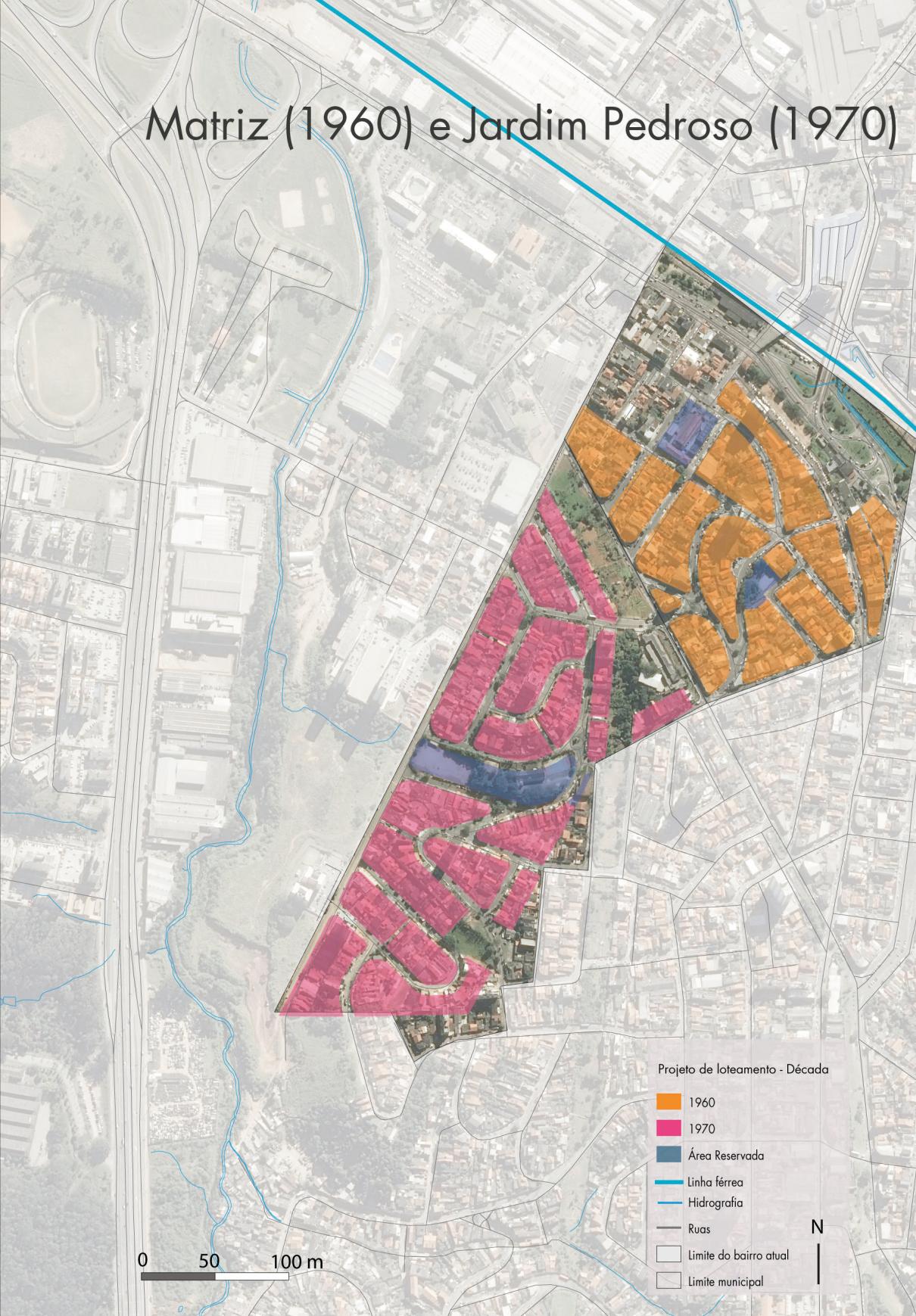
Apesar da ocupação rápida, ao se observar as leis de uso e ocupação do solo, entre a década de 1960 e meados da década de 1980, percebe-se que havia por parte do poder público uma preocupação com o crescimento da cidade, já que foram elaboradas leis que indicavam uma forma de ocupação. Nas áreas definidas pelo zoneamento de 1970, notadamente a área industrial do Sertãozinho, pode se observar, atualmente, que a zona se desenvolveu conforme o planejado, bem como a área central. Ao se analisar as plantas dos loteamentos sobrepostas à ocupação atual, percebe-se que o desenho das quadras permaneceu o mesmo, o que indicaria que a ocupação não foi desordenada. Analisando as diversas leis de regularização fundiária, entretanto, e conversando com os moradores, percebe-se que a visão de uma ocupação desordenada – característica da compreensão das periferias de São Paulo – é recorrente, e que essa leitura se justifica pelo fato de que, apesar de existir uma legislação que guiava a forma de ocupação da cidade, não houve uma fiscalização efetiva, possibilitando que os lotes planejados previamente fossem subdivididos e revendidos, provocando assim uma ocupação muito maior do que a planejada. Esse processo ocorre na década de 1980 e sobretudo 1990, quando parece ter havido um empobrecimento geral da população e as condições de emprego se deterioraram.<sup>24</sup>

Foram levantadas junto a Prefeitura de Mauá um total de 30 leis, listadas na Tabela 2, que podem ser divididas em dois grupos: desenho urbano e uso e ocupação do solo e regularização fundiária. As leis relacionadas a desenho urbano e ao uso e ocupação do solo tinham como objetivo orientar a ocupação da cidade e continham regras com relação a tamanho de lotes, zoneamento e regras para a construção dos edifícios. Já as leis de regularização fundiária tinham como objetivo legalizar loteamentos e construções em não conformidade com as leis de zoneamento e código de obras vigente<sup>25</sup>.

24 Sobre a crise econômica de 1980-1990, ver PEREIRA, 2003.

25 Essa maneira de regularizar posteriormente aquilo que se constrói fora da norma tem sido uma tônica nas cidades brasileiras. Recentemente o Prefeito Bruno Covas sancionou uma lei que estima regularizar cerca de 750 mil imóveis, confirmado uma prática que não seria particular a Mauá.

# Matriz (1960) e Jardim Pedroso (1970)



**TABELA 3 – Leis relacionadas ao uso e ocupação do solo e regularização fundiária**

Ano	Desenho urbano uso e ocupação do solo	Regularização fundiária
1970	1133; 1134; 1135; 1136	-
1975	1446	-
1977	1555	-
1978	1599; 2067; 2096	1571; 1582; 1598; 2050
1979	1639	1635; 2279
1980	-	1671
1981	1714	1718
1982	-	1803
1983	-	1824
1984	1921	1922
1985	2008	1953
1986	-	2057; 3737

Fonte: Prefeitura do Município de Mauá. Tabulação elaborada pela autora.

Pode se notar pela tabela que a partir do final da década de 1970 há diversas leis de regularização fundiária. Essas leis visavam regularizar a situação de lotes que estivessem com dimensões menores do que as previstas nas leis, resultado de desmembramentos e construções clandestinas ou irregulares, em desacordo com projeto aprovado ou que não obteve alvará para construção. Essa situação era característica de um processo de subdivisão de lotes muitas vezes pelas próprias famílias, que separavam um trecho de seus terrenos para abrigar um filho que se casava, um parente recém-chegado de outra cidade ou para gerar renda através de aluguel.



Imagen 19: Vila Bocaina  
1975  
Acervo Rubens Monteiro

# Jardim Aracy



A partir da década de 1980, com a regularização fundiária mais as melhorias de infraestrutura e serviços conquistadas através das lutas dos moradores, parte das pessoas que moravam em algumas daquelas casas não conseguem mais arcar com o valor do aluguel e os outros gastos com impostos e serviços urbanos, vendo como alternativa a ocupação dos morros, em área de risco, e de áreas públicas livres. As áreas públicas ocupadas, eventualmente seriam regularizadas e incorporadas à cidade, mas as ocupações dos morros, extremamente precárias e em áreas de risco, acarretarão problemas que se estendem até os dias de hoje.

Imagen 20: Bairro Matriz,  
década de 1960  
Acervo Família Polisel



#### 4. Mauá a partir de seus moradores: a cidade construída

As cidades são artefatos complexos. Sendo uma construção material, elas são também produtos e produtoras de conflitos e de representações (MENESES, 2006). Desse modo, importa não apenas olhar para a sua construção do ponto de vista formal, e pela instância oficial, mas também para aqueles que vivem nelas, seus habitantes. Desse modo, uma das fontes que esse trabalho mobiliza são depoimentos de moradores que não apenas viram a cidade crescer, mas foram parte ativa nesse processo. Como agentes da construção da cidade, material e simbolicamente, os moradores elaboraram nos depoimentos um material também fundamental para a sua compreensão – porque precisam processos, levantam hipóteses, materializam transformações e revelam nuances e matizes de algo que mais comumente se estudou do ponto de vista macro. Assim, são também os ensinamentos de Bernard Lepetit (2001) que apoiam essa leitura – lembrando o quanto a cidade ganha quando compreendida dentro de um jogo de escalas, alterando-se a lente de observação do macro ao micro.

Nesse jogo, os depoimentos, que se valem da memória, aparecem como um material importante. Vale lembrar que a memória, como já mostraram alguns autores, não é algo totalmente individual, pois ela reflete o convívio do indivíduo com seu meio social, família, amigos, trabalho. Ao trabalhar com a experiência de vidas das pessoas e a história oral, considera-se suas memórias e compreensões das situações vividas, mas também o espaço em que vive e a memória coletiva, tanto do grupo ao qual faz parte, como da sociedade em si. Ecléa Bosi no seu livro *Memória e Sociedade*, apoiando-se na leitura de Halbwachs, vai dizer que aquele autor “amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade” (BOSI, 1995, p. 55). A lembrança está condicionada ao meio e ao momento em que a pessoa vive, “é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente” (HALBWACHS, 1956). Quando uma pessoa rememora um momento, ela não está revivendo este momento, tal como aconteceu e com o mesmo ponto de vista, e sim, está reconstruindo a partir do eu atual, com toda a bagagem de vivencia e aprendizagem atuando na visão daquele passado. Um exemplo são os grupos de memória criados em comunidades na internet, dedicados a compartilhar fotos e memórias da cidade. Nestas comunidades, é comum nas postagens comentários

que “romantizam” situações difíceis do passado argumentando “como era bom este tempo” ou “foi um ótimo tempo”.

Para traçar uma trajetória de memórias da cidade de Mauá, mobilizada por seus habitantes, buscou-se ler depoimentos a partir da década de 1950, quando, após um movimento de emancipação do então distrito, Mauá se tornou cidade. Os depoimentos foram obtidos em livros e jornais, mas também em entrevistas realizadas por mim, de modo a estabelecer uma narrativa por meio de elementos recorrentes às falas dos diversos atores.

Vimos como a instalação de novas indústrias na Região do Grande ABC a partir da década de 1950 atrai pessoas para as cidades da região: são aprovados na prefeitura a partir da década de 1950 mais de 150 loteamentos. Mas além dos empregos nas indústrias, o desejo pela casa própria, vislumbrado em Mauá na oferta de terrenos baratos e facilidades de pagamento motivam a vinda de pessoas para a cidade. É o caso Reinhold Schowe, que ao ver um anúncio no jornal da colônia alemã de São Paulo de um loteamento, que além de parcelar o pagamento, oferecia os materiais de construção, comprou um lote no Jardim Mauá em novembro de 1949 (SCHOWE, p. 420, 1986). Também Emília Guimarães e seu marido, Delfino, que chegam em Mauá no mesmo ano, após comprar uma casa com apenas um quarto e cozinha, são atraídos por tais facilidades. O casal morava no bairro de Cambuci, em São Paulo, de aluguel, mas desejavam ter sua própria casa, não importando que o lugar fosse “aquele fim de mundo, pra lá de Santo André” (GUIMARÃES, p. 407, 1976), ou que faltasse infraestrutura, já que teriam que usar lampião a querosene para iluminar a casa. Esse mesmo processo, interessa notar, perdura ao longo das próximas décadas, em novos loteamentos, que seguem oferecendo vantagens, principalmente relacionada aos preços baixos dos terrenos e as facilidades de pagamento. Jair Antônio e sua família chegam em Mauá em 1975, vindos de São Paulo, após o pai conseguir um emprego em uma fábrica de autopeças em Mauá. Moram de aluguel em alguns bairros da cidade até comprarem um terreno no Jardim Zaíra em 1979.

**Primeiro moramos perto da Igreja Matriz, na rua do lado da rua da Matriz. Saímos daqui, fomos morar no Jardim Adelina, em 1977. Depois fomos para o Falchi e depois, em 1979, compramos um terreno no Zaíra. (ANTÔNIO, 2019)**

Osmar, que compra um terreno e passa a morar no mesmo bairro, em 1995, descreve a área:

**A rua era uma ruinha sem saída, não tinha asfalto nem luz. Eu ainda consegui luz depois, mas os meus vizinhos não tinham, pegavam emprestado. Não tinha água, tinha que pegar a água de uma mina. Com tempo conseguimos água, conseguimos tudo, mas isso foi depois de**

Alguns loteamentos, entretanto, ofereciam infraestrutura, como no caso do Parque São Vicente, de propriedade dos Almeida Prado, bairro que foi ocupado pela elite do município e recebeu financiamento do BNH. Paulo Sidney de Moraes, administrador de uma imobiliária no bairro, descreve o loteamento em 1977:

Suas ruas são planas, possuem guias e sarjeta. E, mesmo sem ser de nossa responsabilidade, desde o início implantamos rede elétrica domiciliar. Mais do que isso. Várias ruas – dos 36 mil metros lineares de ruas existentes – possuem calçamento (MORAIS, p. 444-445, 1977).

Mariano Ribeiro, que chega em São Paulo em 1975, compra uma casa no Jardim Mauá em 1983 e conta que quando passou a morar no bairro, não tinha asfalto e nem coleta de esgoto, mas já tinha água e luz (MARIANO, 2019). Com relação a propriedade e a documentação da área, ele diz:

Quando eu comprei a casa, eu dei entrada com as minhas férias e parei em três anos. Aqui era mais barato os terrenos, pra lá [São Paulo] não tinha condições. Tinha documentação, mas era um contrato de compra e venda, no momento não fazia escritura Depois de uns cinco anos que eu estava morando, eu tirei a escritura. (MARIANO, 2019)

Nota-se que a falta de serviços públicos básicos e infraestrutura não foi um fator que afastasse novos moradores. Em 1955, quando Arlindo Fracasso se muda para a Vila Vitória e passa a trabalhar na General Eletric, empresa ligada a indústria metalúrgica, ele precisa pegar o ônibus na Avenida Capitão João, uma das principais vias da cidade, que nessa época não era asfaltada e quando chovia, ficava difícil passar, devido a lama (FRACASSO, p. 407, 1980). A falta de asfaltamento e o problema da lama, decorrente, perdura até meados da década de 1980, sendo até então comum entre os moradores andar, em dias de chuva, com uma sacola plástica cobrindo o sapato ou com um sapato na bolsa, para poder trocar no destino final.

Eu escorreguei muito nos barros, em tempo de cair, os ônibus que iam para Vila Lisboa, quando chovia, ficavam atravessados na rua, no meio do barro, tinha que vim um ônibus SOS para puxá-los. E se saísse de casa com chinelo de dedo, e desse uma chuva podia ter certeza que chegaria em casa descalço, porque a correia do chinelo quebrava no meio do barro<sup>26</sup>.

26 Comentário feito por uma moradora e retirado do grupo de Facebook “Mauá Memória: fotos antigas e história da cidade”, onde moradores e ex-moradores compartilham fotos e memórias da cidade.

Sobre isso, Mariano também conta:

**Quando eu mudei pra cá, aqui era tudo terra de barro, a gente chegava na estação para pegar o trem e quando chegava na firma, todo mundo sabia que era de Mauá, os pés sujos de barro, era igual joão de barro. Entrava no trem era só barro. (SANTOS, 2019)**

Olivier Negri, que chega com sua família no Jardim Zaíra em 1958, vindos da cidade de Mococa em busca de emprego nas indústrias locais, também descreve a situação do bairro insistindo na precariedade material daqueles anos 1950:

**O bairro não dispunha de nenhuma infraestrutura, não tinha água, não tinha iluminação nas casas, absolutamente nenhuma infraestrutura. (...) não tinha transporte, você tinha que andar a pé mais de quilômetros para poder chegar nas casas, não tinha luz, não tinha água, tinha que tirar água do poço, enfim, uma desgraça total. (NEGRI, p. 25, 2014)**

Lucio Madureira, que chega no Parque das Américas em 1967, descreve algo semelhante: “a maioria das casas era barraco e havia mutirões todo o domingo para ajudar as pessoas construírem suas casas, que não tinham água encanada, energia elétrica, o bairro não tinha ônibus, nada!” (MADUREIRA, 2013), o que mostra como esse processo de luta por melhorias se estende por estas décadas. Para além da falta de infraestrutura, a cidade carecia de serviços básicos, como saúde, pois não possuía hospital ou posto, demanda que só será atendida em 1966, com a inauguração da Santa Casa de Misericórdia.

Imagem 21: Vila Vitória, s.d.  
Acervo Museu Barão de Mauá



Imagen 22: Vista da cidade,  
1965  
Acervo Museu Barão de Mauá

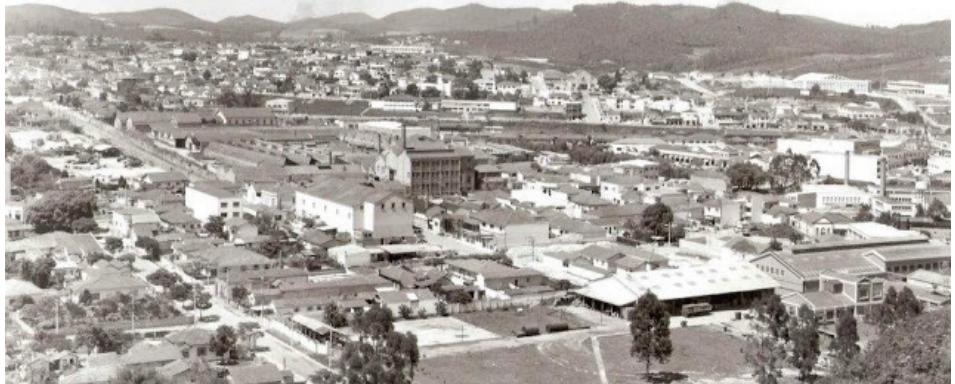
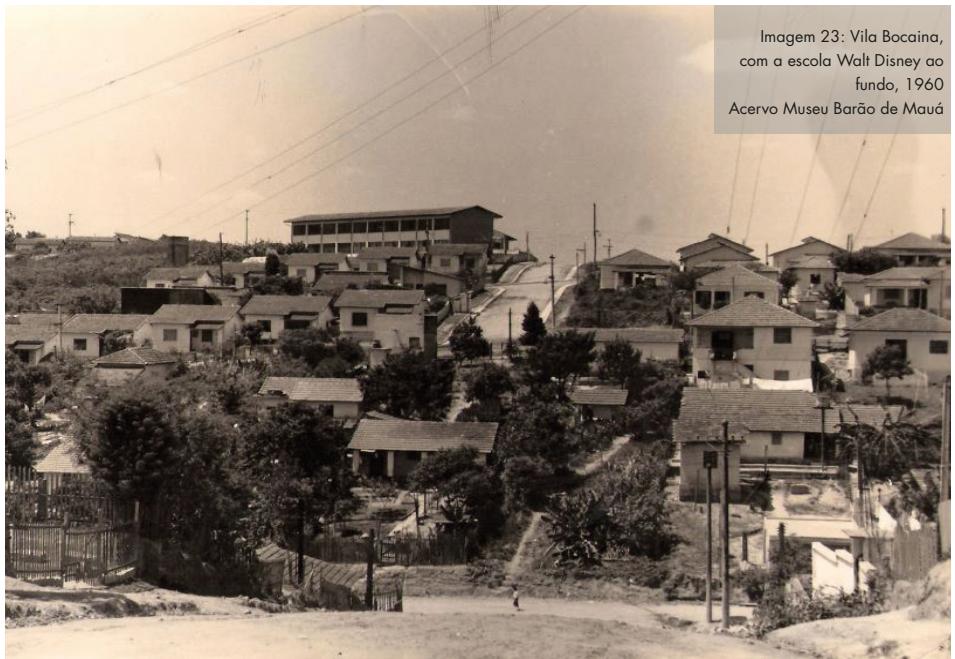


Imagen 23: Vila Bocaina,  
com a escola Walt Disney  
ao fundo, 1960  
Acervo Museu Barão de Mauá



Diante destas condições, os moradores começaram a se reunir para discutir os problemas dos bairros. Em alguns desses bairros, como o Jardim Záira e o Parque das Américas, esta organização teve forte presença dentro do espaço religioso, especialmente da igreja católica, muito ativa nesses anos como espaço de discussão das condições materiais de seus fiéis.

Aí o pessoal foi se reunindo, se conhecendo e através da religião, principalmente o pessoal que era católico, acabou se reunindo primeiramente na capela Sagrado Coração de Jesus, que era uma capelinha bem pequena, humilde, que tinha lá no bairro e o pessoal foi se conhecendo e discutimos problemas. Aquela coisa de solidariedade cristã, fazia com que as pessoas se reunissem para ajudar a construção de uma casa, enfim, ajudar com remédio, roupa (...) aí, durante todo aquele processo de conhecimento, iniciaram-se as primeiras lutas de reivindicação por melhorias no bairro. (NEGRI, p. 26, 2014)



Imagen 24: Construção da capela Sagrado Coração de Jesus, no Jardim Záira, 1950  
Acervo Júnior Sena

O Padre Walfrides Praxedes, no Jardim Zaíra, e o Padre José Mahoun, no Parque das Américas, são dois importantes personagens na história destas localidades. O primeiro residiu na cidade de 1963 até 1969, e conta que, ao chegar à cidade

O cenário, pois, que encontrei foi este: a evidente pobreza de um povo que morava em pequenos lotes pagos a “suaves” prestações, em casas inacabadas, construídas em mutirão de parentes ou amigos nos fins de semana, abrigando em seu interior numerosa família, sem nenhum conforto, pouca roupa, pouca comida, salário curto. Tinha tudo isso, mas preocupava-se também com as condições de vida e trabalho daquele povo que ocupou o Zaíra na década de 60. (PRAXEDES, p. 5, 2014)

E complementa:

O gasto de energia [dos trabalhadores] não revertia em benefícios para suas famílias e muito menos percebiam alguma melhoria no bairro: ruas de terra mal conservadas, esgoto inexistente, falta de água encanada, falta de um posto de saúde, uma só linha de ônibus fazendo muitos caminharem longas distâncias, uma só escola primária, praticamente nenhuma assistência à infância, etc. (...) Nos 6 anos que morei no Zaíra deu para perceber até onde chega a exploração capitalista: esgota o trabalhador, reduz à pobreza permanente suas famílias que são esquecidas pelo poder público em bairros precariamente servidos. É assim que se garante a reserva de mão de obra barata que se reproduz nos bairros pobres<sup>27</sup>. (PRAXEDES, p. 6, 2014)



27 O relato coincide com a apreciação feita na década de 1970 em São Paulo a partir de pesquisa promovida pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de S. Paulo, dirigida por D. Paulo Evaristo Arns. Ver *São Paulo, 1975. Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Vozes, 1975. A referencia a essa obra aqui visa reforçar o papel importante da igreja católica durante esses anos no sentido de apoiar os trabalhadores em suas reivindicações por melhores condições de vida – auxiliando na compreensão dos problemas estruturais do capitalismo.

As missas, as homilias e as pastorais incentivam a organização e a busca por melhorias. Dessa organização inicial, surge, em 1962, a Sociedade Amigos do Jardim Zaíra e Adjacências (SABAJAZAC). O início dos anos 1960 – ainda no período democrático – marca a crescente organização dos moradores em associações. Muito era conquistado através da ação das Sociedades de Amigos de Bairro e os bairros que não possuíam, tinham dificuldade de se organizar e pressionar a prefeitura para conseguir melhorias.

Osvaldo Donadio conta que, em 1966, a Sociedade Amigos do Jardim Anchieta buscou criar uma federação que congregasse todas as associações da cidade. Entre as pautas que seriam apresentadas, Donadio destaca:

- 1. Construção de um hospital municipal, através de cotas pagas pelo povo;**
- 2. Criação da Empresa Municipal de Transportes Coletivos Urbanos, através de capital misto do povo e da Prefeitura. Deveria ser levado adiante um plano exequível em que o povo pudesse comprar ações da nova empresa;**
- 3. Execução de um plano de mutirão para construção de casas populares, para combater a arrogância e ineficiência do BNH;**
- 4. Questionar a Refinaria União, que não recolhendo impostos para Mauá, obriga o município a fazer melhorias para a empresa.**

Imagen 26: Jardim Anchieta,  
s.d.  
Blog Mauá Memória



O plano não foi para frente, pois o regime militar, instaurado em 1964, começará a perseguir os membros das sociedades de bairro. Donadio conta que

**Por causa disso, acabei indo preso. Os estatutos da Federação das Sociedades Amigos do Município de Mauá foram elaborados. Mas a pressão contrária foi tamanha que não dava mais para continuar com os nossos planos, todos eles voltados para a melhoria social dos habitantes da cidade. (DONADIO, p. 440, 1978)**

E acrescenta:

**A Sociedade Amigos do Jardim Anchieta exigia que o poder público se manifestasse a nível de esclarecimento. Isso ocorreu até 1968. De lá pra cá muita coisa mudou. E as sociedades amigos de toda Grande São Paulo – digo isso porque conheço – se transformaram apenas em uma forma de esconder atividades políticas. (DONADIO, p. 440, 1978)**



Imagen 27: Avenida Rio Branco, 1960-1970  
Acervo Museu Barão de Mauá

A organização contra a ditadura civil-militar na cidade se fez presente, na mesma medida que a repressão. Padre Praxedes, relata:

**Com o advento do regime militar que restrin giu a participação livre nos sindicatos, nos grêmios estudantis, nas comissões de fábrica e nas associações populares, não é de se estranhar que o modo de fazer pastoral no Zaíra e em diversas outras paróquias do ABC, chamasse a atenção das autoridades. Estava claro que em nenhum momento apoiamos a ditadura, embora fossemos comedidos nos nossos comentários públicos. Víamos como urgente e indispensável uma tomada de posição. Para isso concordamos em reunir um grupo de pessoas que já atuavam na paróquia e no bairro para análise da conjuntura sócio-política e possível resistência aos militares no poder. Sabíamos, sobretudo a partir de 1968 e do AI -5, que ser contra os chefes militares, em posse do poder, era considerado antipatriótico. “Brasil- Ame-o ou deixe-o”, bradavam eles a todo o momento. Em consequência, todas as nossas atividades passaram a ser vigiadas: celebrações, homilias, tentativa de espionagem nas nossas reuniões do grupo, festas, encontros de formação, etc. Em meados de 1969, mais ou menos, o DOPS começou a perseguição ostensiva no Zaíra e nos movimentos pastorais populares promovidos pela Igreja. Evidentemente a perseguição dos militares, via DOPS, se estendeu por todo ABC. Muitas prisões de líderes sindicais, estudantes e populares. Mauá e especialmente o Jardim Zaíra, bairro e paróquia tiveram presos seus líderes. Da paróquia e bairro foram presas 20 pessoas aproximadamente. Sofreram diversos tipos de tortura, e uma, o Raimundo, foi assassinado. Um tempo de terror. As pessoas simples tinham medo de repressão a qualquer atividade da paróquia. Sob o ponto de vista pastoral a paróquia se tornou um terreno perigoso, minado. (PRAXEDES, p. 7, 2014)**



Imagem 28: Jardim Itapeva,  
1970  
Acervo Pedro Luiz

Percebe-se que apesar da repressão da ditadura, as lutas pelas melhorias locais não cessaram, e as mulheres da cidade têm nisso um papel importante. Na Associação das Donas de Casa, mulheres discutiam sobre a situação do bairro e se organizavam para pressionar, através de abaixo assinados e passeatas, as melhorias necessárias, como posto de saúde e creche. De fato, foi conquista das mulheres o primeiro posto de saúde do Parque das Américas, a canalização do esgoto e o asfaltamento das principais ruas do bairro, bem como, juntamente com a associação de amigos do bairro, a construção da estação de trem Guapituba.

A ideia de uma associação das donas de casa veio do Padre José Mahon, pároco no Parque das Américas, que sugeriu que elas se unissem baseado em uma ação semelhante, de união de donas de casa, em uma outra comunidade. No início, elas teriam ficado receosas. Segundo Diva Alves, uma das integrantes, de início houve insegurança e muita dúvida: “como vamos poder ajudar o bairro, não temos dinheiro e nem sabemos por onde começar?”. Mas ela mesma responde, ressaltando a importância da ideia de uma luta que não era particular, mas semelhante à de outros espaços e bairros:

nós começamos a fazer reuniões e abaixo-assinados, para que a gente pudesse ter água, luz, esgoto, a partir destes abaixo-assinados, principalmente a rodovia que passa Mauá, Ribeirão Pires, ali a proposta era ter uma estação, e antes tinha uma parada 48, não era uma estação, mas as pessoas desciam, e conforme foi o loteamento no Parque das Américas, então, já não parava mais o trem na antiga parada 48. Nós começamos uma luta muito árdua para que viesse a estação de trem, mas até aí passamos por vários encontros, o Padre Mahom nos levava muito nos encontros em Santa Terezinha, lá tinha um cinema e não me lembro do nome, onde com outras pessoas nós discutimos o que estava acontecendo no país, e aí começamos a tomar consciência do que é uma ditadura militar. (ALVES, p. 25, 2014)



Imagem 29: Jardim Maringá,  
1980  
Acervo Museu Barão de Mauá

## Donas-de-casa falam com prefeito de Mauá amanhã



A avenida Washington Luis é um dos principais acessos para a Vila Magini



Imagen 30: Diário do Grande ABC

Blog Mauá Memória

Amanhã uma comissão de moradoras da Vila Magini, em Mauá, deverá se apresentar à Prefeitura para solicitar o asfaltamento da avenida Washington Luis, um dos principais acessos do bairro que se encontra em situação precária. Mas, esse não é o único problema daquela pequena área, que residem naqueles assentamentos que são deficitários, faltam esgotos, sistema de transporte público é deficitário, falta iluminação pública e não há policiamento, fato que favorece o aumento do número de assaltos.

"Esse bairro é completamente abandonado pelo administrador, que às vezes temho a impressão de que aqui reside alguma iminente epidemia", disse a presidente da comissão que foi destinada ao local" - desabafou Fátima Belchior, moradora do nº 2539 da avenida Washington Luis e é uma das líderes da comissão que deverá ir até a Prefeitura para discutir as necessidades de melhorias no bairro, o asfaltamento da via é só a parte visível, mas é um dos mais essenciais por esse comissão.

As ruas das suas ruas daquele local, está tomada pelos buracos, os ônibus se repetem da avenida Washington Luis. Nos dias de chuva os carros não conseguem percorrer, assim como fica difícil inclusive para os pedestres. A maioria das casas

decelve, o que dificulta ainda mais o acesso.

### Só abandono

Também o transporte coletivo é difficultoso, sendo que às ônibus de raridades, pois é difícil aparecer algum naquele horário de alta demanda. A iluminação pública foi colocado em poucas ruas do bairro, que é a maior parte dos moradores, que durante o período noturno precisam sair de casa para ir para o trabalho, de fato que o número de assaltos é grande. Essa situação é prejudicada pela falta de segurança, motivo de reclamação dos moradores.

Nas um dos principais problemas é da falta de pavimentação asfáltica nas vias principais, e a inexistência de postos de gasolina, que também oferecem a óleo aberto, oferecendo riscos de contaminação de doenças às crianças e adolescentes.

A comissão de moradoras,

que está na quarta-feira na praça local em outras ocasiões, não só estão atendidas pelas prefeituras, mas também pelas autoridades, que já dão apoio.

Além dos problemas existentes na Vila Magini, que são decorrentes do abandono daquela comunidade, que é feita por parte da administração pública, os moradores da rua que é a principal via de acesso reclamam dos buracos que não conseguem ser fechados.

Na noite de ontem, dia 10 de junho, na altura do número 737, daquela via, e está presente o buraco que já dificulta o acesso de outros moradores. Maria Domini, residente no número 741 daquela via, disse que qualquer providência que seja feita, é sempre feita com reclamações, na Prefeitura, sem que qualquer providência seja feita.

"Esse último buraco deixado por eles está prejudicando os moradores que vivem ao lado de suas casas. O caminhão com o material de construção não consegue chegar até a porta de casa, que é a única porta que dá acesso ao local, onde está o buraco, que já atinge grandes proporções"

Mas esse não é o único problema daquela via, que não recebeu qualquer reparo desde

1970. Há mais de 20 anos, segundo Maria Domini, que o asfalto chegou ate a altura do número 700, sendo prometida a continuidade das trabalhos, continuando

Pros  
abar  
ca d  
cora

As mulheres, mães e donas de casa passaram a ter um papel maior na vida política da cidade por conta da ação de membros do DOPS espalhados por Mauá, atentos aos trabalhadores, sindicatos e também às Associações de Bairro, logo impedidas de agir. Foram elas que ajudaram não apenas na pressão por melhorias urbanas, mas se fizeram presentes também nas ações contra a ditadura e nas grandes greves do ABC:

Imagen 31: Manifestação de mulheres de Mauá em frente à prefeitura, s.d.

Acervo Museu Barão de Mauá



**Nós avançamos muito, acredito por sermos dona de casa, por fazermos reuniões nas casas, então, dava para a gente estar conscientizando as pessoas, tanto é que na greve dos metalúrgicos podemos estar saindo nas ruas juntamente com padres e outras pastorais com megafone pedindo mantimento, para a gente contribuir com os metalúrgicos para a greve, e nós dizíamos que a vitória dos metalúrgicos, era a vitória de toda a classe trabalhadora e que era importante contribuir. Trabalhamos também no fundo de greve que primeiramente foi na Matriz e depois foi na igreja São Pedro, não posso me esquecer também do primeiro encontro da mulher mauaense, onde a Gilda Fioravante estava junto com a gente, todas as mulheres, Marlene, independentemente de Partido, fizemos um grande encontro. (ALVES, p. 28, 2014)**

No final da década de 1970, toda essa movimentação vai contribuir para o inicio do processo de regularização dos lotes, considerando que muitos haviam passado por desmembramentos, decorrentes do próprio crescimento populacional (mas também as condições financeiras) que levara às famílias a subdividirem seus terrenos. Nesse período, e durante toda década de 1980, a prefeitura vai emitir e editar diversos decretos neste sentido, de forma a regularizar a situação dos moradores.

O processo, entretanto, tem um efeito perverso, pois a regularização fundiária e as melhorias conquistadas através das lutas: água, luz, asfalto, equipamentos públicos, levariam ao encarecimento daqueles imóveis. Com isso, algumas pessoas que moravam de aluguel, não conseguem mais arcar com o valor da locação e os outros gastos, vendo como alternativa ocupar áreas públicas livres e/ou morros da cidade, abrindo novos loteamentos, desta vez não regulares, em área de risco de deslizamentos, indicando problemas que se agravariam nas décadas seguintes.

Após a redemocratização do país, há um enfraquecimento dos movimentos locais e a atuação passa a ser de grupos menores, geralmente liderados por algum político. No loteamento clandestino, onde Osmar comprou um lote em 1985, as conquistas foram mediadas por um vereador.

**Para conseguir água encanada e luz foi através de um vereador chamado Miguel. A gente se reunia com ele, na casa de algum morador, convidava os moradores e ele fazia as licitações pra rua, o que precisava, inclusive demos o nome da rua, que até hoje acho que é rua Águia Dourada. E foi assim, através dele fomos conquistando algumas coisas. (SANTOS, 2019)**

Grande parte dos bairros na década de 1990 já possuíam asfaltamento, fornecimento de água e energia elétrica, em parte devido às conquistas das décadas anteriores. No Jardim Aracy, Seu Valdomiro conta:

**Quando compramos o terreno, em 1989, já tinha a escritura, mas era um terreno desmembrado. Essa rua aqui já era asfaltada, a avenida lá embaixo [avenida Itapark] era paralelepípedo e já tinha água e luz. (SANTOS, 2019)**

E em outros bairros, como descrito por Osmar: “no Itapark a rua já era asfaltada e no Jardim Cruzeiro tinha bastante casas, era asfaltado com poucos terrenos vazios”. (SANTOS, 2019)

Apesar das melhorias conquistadas, problemas das décadas anteriores, de infraestrutura e serviços, voltaram a surgir em novas áreas na cidade, em sua maioria, ocupações ilegais, consequência da instabilidade e da crise econômica aliada a falta de programas de habitação voltados às camadas mais carentes da população. Ainda assim, a visão geral é que a cidade mudou muito, e de que houve muitas melhorias.

**Olha, pra mim, ao meu ver, está bem melhor. Antes passava um ônibus no jardim Mauá e outro no Itapark. Hoje passa um ônibus na frente de casa, melhorou demais. Mauá melhorou uns 90%, com certeza. (SANTOS, Mariano, 2019)**

**Mudou muito, mudou a cidade completamente, mudou o sistema de transporte, aumentou muito a população, muita construção, muitos bairros cresceram. (SANTOS, Osmar, 2019)**

**Mauá mudou muito. Eu cheguei aqui em 1990, Mauá nem sequer tinha sinalizações em direção aos bairros, não tinha o shopping de Mauá. Hoje têm vários mercados, atacadões, mudou muito, está bem melhor que antes. Hoje as pessoas não andam mais com os pés sujos de lama, não precisa mais andar com sacolinha para colocar os sapatos sujos. Sobre o futuro, não sei, depende muito dos políticos, esperança a gente tem, mas não sei, não tenho uma perspectiva. (SANTOS, Edmiuza Nunes, 2019)**

A cidade, como a fala de seus moradores revelam, não é fixa, ela se desenvolve, com toda a sua complexidade e seus paradoxos, congregando o antigo e o novo. Pensar que uma cidade mantém as mesmas características que marcaram uma época é parar no tempo e não reconhecer relações perceptíveis apenas quando se aproxima o olhar, e sobretudo quando se dá voz aos próprios habitantes



Imagen 32: Avenida Barão  
de Mauá, 1980  
Blog Mauá Memória

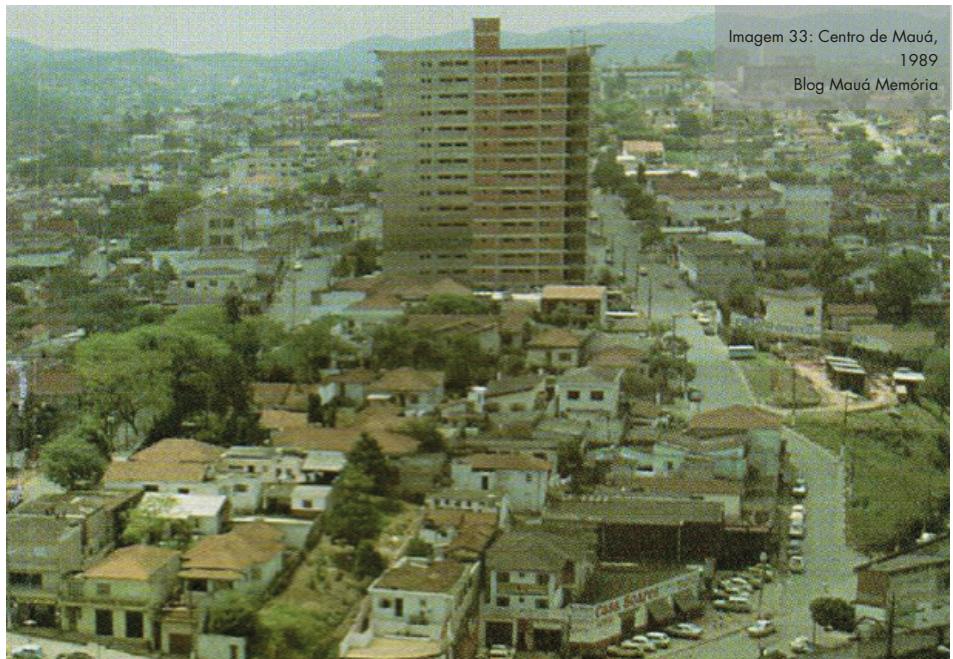


Imagen 33: Centro de Mauá,  
1989  
Blog Mauá Memória



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho conclui esta minha etapa na FAUUSP. O resultado aqui apresentado é fruto de uma pesquisa que vem sendo realizada desde o meu segundo ano do curso. Começou com uma vontade de estudar mais profundamente o Grande ABC Paulista e acompanhou praticamente toda minha graduação. Neste processo, que resultou em uma iniciação científica e dois artigos, cada matéria de Planejamento Urbano, de Estudos da Urbanização, de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, cada conversa nas rampas sobre espaços urbanos, cada palestra que assisti, cada texto lido e discutido, contribuíram de algum modo para que eu desenvolvesse o tema.

Neste percurso aprendi imensamente, questionei muitas vezes as leituras dadas, mas também me questionei e amadureci as ideias sobre esta questão tão complexa que é a periferia e sua formação. Ter a oportunidade de estudar sobre a região onde nasci e cresci e trazer um ponto de vista a partir de uma escala mais próxima à FAUUSP, faculdade onde a presença de pessoas provenientes de escolas públicas e áreas periféricas ainda é baixa, foi um desafio e um prazer.

A presença cada vez maior de jovens vindos da periferia e da escola pública dentro da universidade é necessária e trará novas visões e explicações ainda não exploradas, tanto na área do urbano quanto na arquitetura. Espero que, em um futuro próximo, tenhamos uma faculdade mais inclusiva e acessível a todos, onde ser aluna de escola pública não seja mais uma exceção, e que as discussões sejam enriquecidas com toda a diversidade latente em nossas cidades.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Cecília Cardoso Teixeira de. **O grande ABC Paulista**: o fetichismo da região. 2008. 336p. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Em busca do urbano: Marxistas e a cidade nos anos de 1970**. In: Novos Estudos Cebrap, n. 83, São Paulo: Cebrap, março de 2009.
- BARONE, A. C. C. Periferia como questão: São Paulo na década de 1970. In: **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**. v.20, n. 33. São Paulo. p. 64-85. 2013.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de; ARANTES NETO, Antônio Augusto; CARVALHO, Edgard de Assis; MAGNANI, José Guilherme Cantor; AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. [Debate]. **Patrimônio: atualizando o debate**[S.l: s.n.], 2006.
- BOLAFFI, Gabriel. Habitação popular e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação popular no Brasil**: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Casa Própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de (et al). **São Paulo 1975, crescimento e pobreza**. São Paulo: Loyola, 1975. (Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.)
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de & ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. Fim de semana y Loteamiento clandestino: aproximaciones al universo popular de la vivienda en São Paulo (1970-1990), Ensayo: **Revista de arquitectura, urbanismo y territorio**. Lima: Fondo Editorial da Pontificia Universidad Catolica del Peru, n. 2 (no prelo).
- CASTRO BARBOSA, Xênia. **Experiências de moradia**: história oral de vida familiar. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FELDMAN, Sarah. Entre o regional e o metropolitano: pensamento urbanístico

e metrópole no Brasil na década de 1950. **Revista USP**, São Paulo, Universidade de São Paulo - USP, v. 102, n. ju/jul./ago. 2014, p. 13-22, 2014.

FERREIRA, Maria de Lourdes. **Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista**: a busca do fio de Ariadne. 2005. 178f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FRAZETTI, Giancarlo Livman. **A metropolização vista do subúrbio**: metamorfoses do trabalho e da propriedade privada na trajetória de São Caetano do Sul. 2013. 379f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2013.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KOWARICK, Lucio. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo da geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

MARICATO, Ermínia. Entre o legal e o ilegal – mercado e escassez. In: **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1995.

MARICATO, Ermínia. **Proletarização do espaço sob a grande indústria**: o caso de São Bernardo do Campo na Grande São Paulo. 1977. 102f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

MAUÁ: o plano chega com 25 anos de atraso. In: **Revista Construção São Paulo**, São Paulo, n. 1384, p. 18-23, ago. 1974.

MAUTNER, Yvonne. A periferia como fronteira da expansão do capital. In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999, p. 245-259

MEDICI, Ademir. **De Pilar a Mauá**. Mauá: Prefeitura do Município de Mauá, 1986.

MEYER, Regina; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, CIRO. **São Paulo Metrópole**. São Paulo: EDUSP/ IMESP, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Estado e o urbano no Brasil. **São Paulo: Espaço e Debates**, n.6, p.36-54, jun./set, 1982.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: 34, 2003.

PEREZ, Sandra. **Santo André**: a invenção da cidade. 2010. 196f. Dissertação (Metrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PUNTSCHART, William. **Mauá**: entendendo o passado, trabalhando o presente e construindo o futuro. São Paulo: Editora Noovha América, 2012.

PUNTSCHART, William. **Memórias da Cidade**. Prefeitura do Município de Mauá. 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **São Paulo**: Vila Cidade Metrópole. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2004.

ROLNIK, Raquel e BONDUKI Nabil. Periferia da Grande São Paulo, reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade)** no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SAKATA, Margarida Nobue. **Projeto Eixo Tamanduatehy**: uma nova forma de intervenção urbana em Santo André?. 2006. 195f. Dissertação (Metrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano 14, n. 37, p. 19-3, quadrimestral. 1994.

SANTOS, Jayne Nunes dos. **O processo de ocupação do Município de Mauá – SP (1938-1985)**: relatório final. São Paulo: FAPESP, 2017. 51 p.

SANTOS, Wanderley dos. **Antecedentes históricos do ABC Paulista**: 1550-1892. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1992.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas em São Paulo – censos, consensos e contra-sensos. **Cadernos metrópole – desigualdade e governança**, n. 5, p. 9 – 27, 2001.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142011000100004&lang=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100004&lang=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 set. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999, p. 170-243

## Fontes Consultadas

### *Leis e Decretos*

SÃO BERNARDO. Lei nº 271 de 02 de abril de 1929. São Bernardo, SP, 1929.

MAUÁ. Lei nº 1.133, de 30 de abril de 1970. Estabelece normas de zoneamento de acordo com a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e dá outras providências. Mauá, SP, 1970. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.134, de 30 de abril de 1970. Dispõe sobre e dá outras providências. Mauá, SP, 1970. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.135, de 30 de abril de 1970. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Mauá, SP, 1970. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.136, de 30 de abril de 1970. Institui o Código de Edificações do Município de Mauá e dá outras providências. Mauá, SP, 1970. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.446, de 01 de dezembro de 1975. Institui o Polo Industrial do Sertãozinho e estabelece as normas organizadoras e disciplinadoras de ocupação da área. Mauá, SP, 1975. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.571, de 28 de março de 1978. Dispõe sobre a regularização de lotes/de terrenos urbanos, com dimensões inferiores às prescritas pelas Leis Municipais nºs 1.133 e 1.334, de 30 de abril de 1970, resultantes de desmembramentos. Mauá, SP, 1978. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.582, de 14 de julho de 1978. Dispõe sobre a regularização de construções clandestinas e irregulares no Município e dá outras providências. Mauá, SP, 1978. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.598, de 08 de novembro de 1978. Introduz alterações na Lei Municipal nº 1571 de 28 de março de 1978, que dispõe sobre regularização de lotes urbanos. Mauá, SP, 1978. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.599, de 09 de novembro de 1978. Institui o sistema viário básico do Município de Mauá e aprova as diretrizes básicas para o controle e preservação de faixas necessárias para sua implantação. Mauá, SP, 1978. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.635, de 17 de julho de 1979. Prorroga por mais 12 (doze) meses a isenção de que trata o artigo 8º da Lei Municipal nº 1.582 de 14 de julho de 1978, que dispõe sobre regularização de construções clandestinas e irregulares no Município e dá outras providências. Mauá, SP, 1979. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.671, de 29 de maio de 1980. Introduz alterações na Lei Muni-

cipal nº 1.571 de 28 de março de 1978, que dispões sobre regularização de lotes urbanos. Mauá, SP, 1980 Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.714, de 16 de fevereiro de 1981. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo e sobre o perímetro urbano do Município de Mauá. Mauá, SP, 1981 Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.718, de 26 de março de 1981. Prorroga até 31 de dezembro de 1981, a isenção de que trata o artigo 8º da Lei Municipal nº 1.582 de 14 de julho de 1978, que dispõe sobre regularização de construções clandestinas e irregulares no Município e dá outras providências. Mauá, SP, 1981. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.803, de 29 de novembro de 1982. Dispõe sobre a regularização de construções clandestinas e irregulares no Município e dá outras providências. Mauá, SP, 1982. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.824, de 08 de junho de 1983. Dá nova redação ao § 3º do artigo 2º da Lei nº 1.803, de 29 de novembro de 1982. Mauá, SP, 1983. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.921, de 13 de setembro de 1984. Dá nova redação ao § 1º, do artigo 7º da Lei nº 1.714, de 16 de fevereiro de 1981. Mauá, SP, 1984. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.922, de 13 de setembro de 1984. Dispõe sobre a regularização de lotes de terrenos urbanos, resultantes de desmembramento anterior à Lei nº 1.714, de 16 de fevereiro de 1981. Mauá, SP, 1984. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 1.953, de 26 de março de 1985. Prorroga o prazo previsto no artigo 2º da Lei nº 1.922/84 – “Dispõe sobre a regularização de lotes de terrenos urbanos, resultantes de desmembramento anterior à Lei nº 1.714, de 16 de fevereiro de 1981”. Mauá, SP, 1985. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 2.008, de 07 de outubro de 1985. Dispõe sobre fixação de índices de urbanização. Mauá, SP, 1985. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Decreto nº 2.050, de 09 de agosto de 1978. Regulamenta a Lei Municipal nº 1.582, de 14 de julho de 1978, que dispõe sobre regularização de construções clandestinas no Município. Mauá, SP, 1978. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Lei nº 2.057, de 30 de maio de 1986. Dispõe sobre a regularização de

construções clandestinas e irregulares no Município e dá outras providências. Mauá, SP, 1986. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Decreto nº 2.067, de 12 de setembro de 1978. Regulamenta os dispositivos da Lei nº 1.133, de 30 de abril de 1970, referentes à permissão de construção de mais de uma habitação por lote residencial. Mauá, SP, 1978. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Decreto nº 2.279, de 11 de setembro de 1979. Regulamenta a Lei Municipal nº 1.582, de 14 de julho de 1978, com alteração introduzida pela Lei nº 1.635, de 17 de julho de 1979 que dispõe sobre regularização de construções clandestinas no Município. Mauá, SP, 1979. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MAUÁ. Decreto nº 3.737, de 22 de setembro de 1986. Regulamenta a Lei Municipal nº 2.057, de 30 de maio de 1986, que dispõe sobre regularização de construções clandestinas no Município. Mauá, SP, 1986. Disponível em: <<http://www.maua.sp.gov.br/Servicos/Legislacao.aspx>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

### *Depoimentos e Entrevistas*

ALVES, Diva. Depoimento. **Ata da audiência pública “Ditadura militar: fatos e consequências das perseguições”**, p. 24-29, Mauá, 06 de agosto de 2014.

ANTÔNIO, Jair. Depoimento. [Entrevista concedida a] Jayne Nunes. Mauá, 2019.

DONADIO, Osvaldo. Depoimento. [Entrevista concedida a] Ademir Medici.

**De Pilar a Mauá**. Mauá: Prefeitura do Município de Mauá, p. 439-441, 1986.

FRACASSO, Arlindo. Depoimento. [Entrevista concedida a] Ademir Medici.

**De Pilar a Mauá**. Mauá: Prefeitura do Município de Mauá, p. 407-408, 1986.

GUIMARÃES, Emilia Silvia. Depoimento. [Entrevista concedida a] Ademir Medici.

**De Pilar a Mauá**. Mauá: Prefeitura do Município de Mauá, p. 407-408, 1986.

MADUREIRA, Lucio Antonio. **Lucio Antonio Madureira: Da paixão por um palhaço à câmara municipal**. [Entrevista concedida a] Daniel Alcarria e Paulo Sérgio Cardoso. Câmara Municipal de Mauá. Mauá, 2013. Disponível em:<<http://www.camaramaua.sp.gov.br/ACamara/MemoriaLegislativo>>. Acesso em: 10 out. 2019.

MORAIS, Paulo Sidney de. Depoimento. [Entrevista concedida a] Ademir Medici.

**De Pilar a Mauá**. Mauá: Prefeitura do Município de Mauá, p. 407-408, 1986.

NEGRI, Olivier Filho. Depoimento. **Ata da audiência pública “Ditadura militar: fatos e consequências das perseguições”**, p. 25-34, Mauá, 25 de abril de 2014.

PRAXEDES, Walfrides. Depoimento. **Ata da audiência pública “Ditadura**

**militar: fatos e consequências das perseguições”, p. 04-11, Mauá, 06 de agosto de 2014.**

SANTOS, Edmiuza Nunes Soares dos. Depoimento. [Entrevista concedida a] Jayne Nunes. Mauá, 2019.

SANTOS, Mariano Ribeiro. Depoimento. [Entrevista concedida a] Jayne Nunes. Mauá, 2019.

SANTOS, Osmar. Depoimento. [Entrevista concedida a] Jayne Nunes. Mauá, 2019.

SANTOS, Valdomiro dos. Depoimento. [Entrevista concedida a] Jayne Nunes. Mauá, 2019.

SCHOWE, Reinhold. Depoimento. [Entrevista concedida a] Ademir Medici. **De Pilar a Mauá.** Mauá: Prefeitura do Município de Mauá, p. 420-424, 1986.

